

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Mineração Rio do Norte S.A. (MRN), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta relatório com o resumo dos principais acontecimentos do ano de 2014, juntamente com as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes.

Principais Destaques de 2014

O ano de 2014 foi caracterizado por ótimos resultados de segurança, produção e custos, com melhoria de desempenho em relação ao ano anterior.

A programação anual de produção de bauxita foi atingida, paralelamente à continuidade da implantação e ajustes no projeto de melhoria da planta, que teve seu *ramp-up* iniciado em março e ajustes continuados durante todo o ano de 2014.

Como destaque ainda no ano de 2014, com a criação da Gerência de Gestão e Planejamento estratégico, foi realizada uma reestruturação no sistema de gestão da Companhia. Houve a implantação de um planejamento estratégico com definição de 3 metas globais suportadas por 11 estratégias que foram desdobradas ao nível de planos de ação com acompanhamento através de reuniões mensais de análise crítica. Além disso, foram iniciados estudos de *Lean Organization* visando melhorias de produtividade das áreas bem como oportunidades de reestruturação organizacional.

O projeto de continuidade das atividades de lavra dos recursos dos Platôs da Zona Central e Oeste após a exaustão da Zona Leste (LOMP- *Life of Mine Plan*) teve seus estudos desenvolvidos durante todo o ano ao nível de FEL 2. Após apresentação dos resultados preliminares em Setembro de 2014, o Conselho de Administração, apoiados pelos seus comitês internos, solicitou a complementação de alguns estudos que continuarão durante o ano de 2015 para conclusão final do relatório FEL2.

Produção e Vendas

Em 2014, produzimos 18,0 milhões de toneladas de bauxita, 4,3% acima dos 17,3 milhões de toneladas de 2013. As vendas somaram 17,8 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 4,5% comparadas com o volume de 17 milhões de toneladas vendidas em 2013.

Do total de vendas, 54% foram destinadas ao mercado interno, suprimindo as refinarias da Alunorte e da Alumar e 46% foram destinadas ao mercado externo, sendo 19% para os Estados Unidos, 13% para o Canadá, 10% para a Europa, 3% para a China e 1% para Índia.

Os teores médios de qualidade do minério obtidos em 2014 foram de 49,72% de alumina aproveitável e 4,28% de sílica reativa.

Gestão da Qualidade

O Programa de Gestão da Qualidade da MRN é apoiado em treinamento e desenvolvimento de pessoas, visando à melhoria permanente dos processos da companhia.

Programa 5S

Em 2014, foram realizadas diversas atividades como parte do Programa 5S. Destacamos neste relatório os Eventos Kaizen 5S, Semana 5S e palestras de conscientização na vila de Porto Trombetas voltadas para a correta segregação e destinação de resíduos. As ações resultaram na qualidade da organização e arranjo das instalações da MRN e contribuíram para a prevenção de acidentes e com a preservação do meio ambiente. De acordo com a metodologia do Programa, temos 114 ambientes classificados em 2 estágios, sendo 01 ambiente no 3ºS (0,9%) e 113 ambientes no 5ºS (99,1%).

Programa CCQ

Destacamos o envolvimento, o comprometimento e a motivação de nossos empregados próprios e contratados que participaram voluntariamente do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade). Em 2014, o Programa contou com 140 grupos compostos por 1.046 circulistas, que concluíram 133 projetos de melhoria.

O CCQ conta com a adesão de 67% do nosso quadro total de empregados. Em reconhecimento pelo esforço e dedicação nos trabalhos desenvolvidos, além das homenagens e premiações internas da MRN, o grupo Dinâmico, que foi vencedor do 17º Seminário de Geral MRN, irá representar a empresa no próximo Congresso Nacional de CCQ, realizado pela União Brasileira para a Qualidade (UBQ), com todas as despesas pagas pela companhia.

Gestão de Riscos

Em 2014, a MRN deu continuidade ao seu Sistema de Gestão de Riscos, com a integração das atividades do Comitê de Prevenção de Fatalidade em um sistema unificado de Gestão de Riscos.

Durante as reuniões periódicas são tratados os riscos nas naturezas estratégicas, operacional, conformidade e financeiro. A metodologia utilizada foi revisada e validada pelo comitê. Ainda em 2014, a MRN tratou 81 riscos originados nos anos de 2012 e 2013 e identificou 25 novos riscos.

Foram realizadas duas auditorias específicas de Gestão de Riscos, sendo a primeira em junho/julho de 2014 com escopo na gestão, e a segunda nos meses de novembro/dezembro avaliando os procedimentos e controles adotados pelas Gerências de Áreas, com foco em autoavaliação e monitoramento contínuo das medidas de controle e mitigação. Foi avaliado ainda o envolvimento e o desdobramento da metodologia junto aos executantes das atividades. Como resultado das duas auditorias, foram registradas recomendações de melhorias cujos planos de ação estabelecidos são acompanhados através de *follow-up*, com objetivo de validar o bloqueio da fragilidade com a implementação das ações. O resultado de eficácia dos controles dos riscos da 2ª auditoria indicou uma efetividade de 91%.

Os multiplicadores do Sistema de Gestão de Riscos foram treinados por instituição de renome nacional, resultando no levantamento de boas práticas de gestão de riscos para serem implementadas em 2015.

Lean Six Sigma

Em termos de melhoria de desempenho operacional o programa *Lean Six Sigma* foi reestruturado e 9 projetos foram desenvolvidos em diferentes áreas da MRN com foco em redução de custo, aumento de produtividade e reestruturação de departamentos. Como parte da reestruturação, a MRN deverá iniciar em 2015 o programa de Teoria das Restrições, unificando, assim, todos os programas de Melhoria de Desempenho Operacional e passando a ser chamado de TLS (TOC - *Lean Six Sigma*). O foco será reduzir os gargalos operacionais, reduzir estoques intermediários, aumentar a produtividade e consequentemente o desempenho financeiro.

Planejamento Estratégico

Em 2014 foi implantado o ciclo de Planejamento Estratégico (horizonte 2014 - 2016), direcionando as atenções da alta administração da empresa para uma visão mais estratégica do negócio. A partir de premissas macroeconômicas, cenários de mercado e análises do ambiente competitivo, foram elaboradas 3 metas globais suportadas por 11 estratégias voltadas para a perenidade e o fortalecimento da gestão do negócio. Para 2015 está previsto um novo ciclo (horizonte 2015 - 2017) a partir dos aprendizados e resultados alcançados no último ano.

Recursos Humanos

A produtividade da MRN, em 2014, foi de 12.971 toneladas de produto (bauxita) por empregado, contra 12.701 toneladas produzidas por empregado em 2013, considerando um efetivo médio naquele ano de 1.360 profissionais. Ao longo de 2014, contamos com o efetivo médio de 1.389 empregados ativos, sendo 87% originários do estado do Pará, 2% dos demais estados da Região Norte e 11% de outros estados. O total de 89% de empregados da região Norte reflete o nosso compromisso de valorizar e desenvolver a mão de obra da região.

Ainda na área de Recursos Humanos, foram concedidos benefícios adicionais aos empregados em 2014, tais como Vale Cultura - Instituído pelo Ministério da Cultura; revisão e ampliação da cesta de Natal; extensão do prêmio de reconhecimento por tempo de trabalho aos homenageados que completaram 30 e 35 anos de trabalho; além da ampliação do prazo do recolhimento das contribuições restantes do INSS dos empregados dispensados sem justa causa, de 18 para 24 meses da concessão de sua aposentadoria.

Em 2014, a MRN deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (PQV), com ações voltadas à promoção da melhoria da saúde por meio de palestras e outros eventos abertos à comunidade, além de estímulo à prática esportiva monitorada com acompanhamento de nutricionistas e professores de educação física. As ações que levaram a marca PQV foram desenvolvidas em prol da coletividade, da socialização e em busca de resultados significativos para empregados, cônjuges e profissionais de empresas contratadas.

Com relação ao programa Ação & Bem-Estar, houve participação de 522 pessoas no ano de 2014, frente a 450 participações no ano de 2013, entre empregados da MRN e seus cônjuges, e empregados de empresas contratadas. O programa contou ainda com ações de integração, palestras, rodas de conversa e caminhadas externas ao clube, com a participação da comunidade em geral. Dessas ações destacamos as caminhadas de 2014:

- 1) Agita Trombetas
- 2) Rumo ao Igarapé das Pedras
- 3) Dia Nacional da Saúde
- 4) Outubro Rosa
- 5) Novembro Azul com passeio ciclístico
- 6) Caminhada Ecumênica

Como reflexo das ações, registrou-se melhora da consciência corporal e do bem-estar físico e mental dos participantes. É o bem-estar dentro e fora da empresa.

Destacamos também neste contexto, as atividades da Política de Prevenção ao Uso Indevido de Alcool e Outras Drogas e de Reintegração do Dependente Químico - PPA, importante ferramenta de segurança que tem como objetivo desenvolver nos empregados da MRN e das empresas contratadas a consciência da co-responsabilidade, de modo a manter o ambiente de trabalho livre de álcool e outras drogas e, acima de tudo, seguro, promovendo a saúde e a qualidade de vida.

Como parte do programa de relacionamento com os empregados, em 2014 houve a continuidade do programa Café com o Presidente com reuniões mensais do Presidente com aproximadamente 15 empregados onde são debatidos assuntos gerais e esclarecidas as dúvidas dos empregados. Além disso, foi criado o Programa Encontro com as Lideranças com reuniões também mensais do Presidente com a participação de cerca de 15 líderes dos diversos níveis gerenciais e *staff*.

Para encerrar o ano, no último semestre, foi oficializado o lançamento do projeto de Educação Financeira da MRN com a palestra de um educador e terapeuta financeiro renomado. Na ocasião, foram distribuídos mais de 1.400 exemplares do livro "Terapia Financeira" a todos os empregados da MRN. Houve ainda capacitação interna de multiplicadores de conhecimento, que em 2015 irão compartilhar o tema com todos aqueles que visam orientações com relação ao comportamento financeiro.

Desenvolvimento de Pessoas

O processo de desenvolvimento de pessoas na MRN ocorre a partir da análise das competências de cada eixo de carreira na organização. Este processo ocorre a partir da seleção do empregado, momento em que são avaliadas as competências necessárias e a aderência ao cargo para o qual está sendo contratado.

O processo de acompanhamento da evolução dos profissionais é feito por meio da avaliação anual de competências. Como produto desta avaliação, é estruturado o Plano de Desenvolvimento Individual de cada empregado da MRN. Este ciclo é fechado com o *feedback* ao empregado e entrega do Plano Individual de Competências, cujo objetivo é fazer com que cada profissional conheça suas potencialidades e suas oportunidades de melhoria técnica e comportamental.

O processo pressupõe que 100% dos empregados ativos e admitidos até o mês de outubro do ano vigente (em 2014, 1.363 profissionais até aquele período) sejam avaliados com relação às entregas realizadas no ano. A avaliação ocorrerá nos meses de janeiro e fevereiro de 2015. Em 2013, o processo de avaliação foi realizado com 1.327 empregados do total previsto de 1.344. Ou seja, 99% dos empregados ativos e admitidos até outubro de 2013 passaram por avaliação de competências técnica e comportamental no início de 2014.

O processo de Educação Continuada tem como base quatro pilares: Qualificação, Treinamento, Desenvolvimento e Integração. Toda a estrutura dos pilares da Educação Continuada norteia as ações para o processo de desenvolvimento do empregado. O pilar Treinamento compõe toda a preparação dos empregados e é dividido nos treinamentos Corporativo, Operacional, Técnico e Gerencial.

O Treinamento Corporativo obrigatório, que é norteado pela política da MRN dentro dos pilares Segurança, Saúde, Meio Ambiente e Qualidade, fechou o ano de 2014 com 99,13% dos empregados treinados, uma evolução de um ponto percentual em relação a 2013, cujo resultado foi de 98%; e um ponto percentual acima da meta estipulada para 2014, que era de 98%.

Já os Treinamentos Operacionais, que são a base de preparação dos operadores e mantenedores da MRN, alcançaram em 2014 a marca de 100% em comparação aos 91% alcançados em 2013. Isso significa que no final de 2014 todos os empregados tinham concluído a sua grade mínima obrigatória de treinamento operacional. A meta para 2014 era de 98%.

No pilar Treinamentos Técnicos, cuja base advém da Avaliação de Competências do empregado, por razões de atrasos e dificuldades de contratações de módulos e profissionais no mercado, tivemos 53% de realização nos treinamentos programados, abaixo de nosso índice em 2013 que foi de 75%. Este fato foi um aprendizado para melhor gerenciamento em 2015.

No que se refere aos Treinamentos Gerenciais, alcançamos o índice de 99,62% de conformidade com a grade obrigatória programada.

Em 2014, totalizamos 7.875 participações nos eventos de treinamentos, alcançando uma média de 11,13 horas de treinamento por empregado.

Também em 2014, foram iniciadas novas turmas do Programa de Educação, cujo objetivo é facilitar o acesso de nossos empregados à educação formal e apoiá-los no crescimento na organização. A Formação Técnica realizada em parceria com o SENAI, contou com 90 empregados matriculados nos cursos técnicos de Mineração, Mecânica e Eletrotécnica. O Programa de Educação tem apoio da MRN através de bolsas de estudos, uso de infraestrutura da empresa e apoio em viagens, quando necessárias.

O Programa Jovem Aprendiz, por sua vez, beneficiou 41 jovens do Oeste do Pará em 2014. Estes foram divididos nos cursos de Mecânica de Usinagem (16 vagas), Mecânica de Automóveis (7 vagas) e Eletricidade de Manutenção Industrial (18 vagas). Este programa é realizado em parceria com o SENAI de Santarém e visa à preparação do jovem para o mercado de trabalho.

Com referência ao Programa de Gestão de Relacionamento, em 2014, foram realizados 111 encontros com os empregados. O programa é uma importante ferramenta de monitoramento do ambiente organizacional, ao incentivar o diálogo franco e aberto entre líderes e de líderes, com suporte dos profissionais de Recursos Humanos, e ao possibilitar a identificação e tratamento das oportunidades de melhoria do ambiente da empresa, analisando os pedidos dos empregados, bem como as respostas dos gerentes que, através do Comitê de RH, se reúnem mensalmente. O programa faz ainda o acompanhamento das demandas e dá os direcionamentos necessários às questões tratadas. Em 2014, estiveram entre os principais assuntos tratados: transporte, lazer, moradia, infraestrutura urbana, refeitório, segurança, comércio, políticas internas da Mineração Rio do Norte, hospital, educação, comunidade, treinamento e manutenção da vila.

Em 2014, a Pesquisa de Clima Organizacional realizada nas últimas semanas de novembro obteve uma adesão de 99,61%. A metodologia GPTW (*great place to work*) apresentou dois resultados à MRN: Visão Empresa e Visão Gerente. Na Visão Empresa, que corresponde à favorabilidade que os empregados têm com relação à empresa como um todo, o resultado foi de 60%. Em relação a 2013, houve uma queda de dez pontos percentuais. Na Visão Gerente, que corresponde à favorabilidade que os empregados têm com relação a seu gerente imediato, o resultado foi de 68%, uma queda de três pontos percentuais em relação a 2013. Ambas as visões foram fortemente influenciadas pelo momento de mudança de cultura organizacional.

Em 2014, o Programa de Carreira e Sucessão evoluiu com a realização de avaliações de potenciais profissionais para ocupar cargos de Gerente Técnico, realizado em junho. Em 2013, quando o programa foi iniciado, a avaliação de pessoas foi exclusiva para cargos de Gerente de Departamento e Área. Ainda em 2014, foi realizado o 2º ciclo para Gerentes de Departamento, em setembro, e de Gerentes de Área, em dezembro. Desta forma, a

MRN consegue visualizar a prontidão e traçar planos de desenvolvimento individual para potenciais sucessores de sua estrutura gerencial.

Ainda no contexto educacional, destacamos o Programa Trainee, que conta com 20 jovens selecionados no Brasil das mais diversas áreas, principalmente, com formação em Engenharia. Em 2014, 6 jovens foram efetivados na empresa. Já o Programa de Estágio da empresa recebeu 21 estagiários, sendo 17 do ensino superior e 4 do ensino técnico ao longo de 2014.

Segurança do Trabalho

Em 2014, a MRN obteve o melhor desempenho de segurança da sua história com efetivo próprio e de contratadas. Fechamos o ano com 9 acidentes reportáveis e taxa de frequência de 1,12 (base 1 milhão de HHT). Esta marca demonstra o amadurecimento, crescimento e esforço de todos em tornar nossas atividades cada vez mais seguras, reforçando o conceito de segurança como valor. Destacamos ainda:

- Menor taxa de frequência de acidentes desde o início das operações da MRN, com redução de 26% com base no desempenho de 2013.
- Menor número absoluto de acidentes reportáveis desde o início das operações da MRN.
- Menor número absoluto de acidentes primeiros socorros desde o início das operações da MRN, com redução de 47% base no desempenho de 2013.
- Ausência de acidentes (reportáveis e primeiros socorros) classificados com potencial de gravidade PG 3 ou 4 (MRN+Contratadas).

O Programa de Prevenção de Fatalidades, implantado em 2013, contribuiu significativamente para este resultado no contexto da prevenção. Ao longo de 2014, 43 riscos de fatalidade foram devidamente mapeados e discutidos em reuniões periódicas, realizadas com a participação da Diretoria Executiva e dos gerentes das áreas da MRN, tendo suas camadas de proteção implantadas, reduzindo os riscos para níveis aceitáveis. A eficácia das ações implantadas são evidenciadas através da redução significativa do potencial de gravidade dos acidentes ocorridos em 2014.

Em relação às obras realizadas em 2014, não houve nenhuma ocorrência de acidente reportável. Os 4 acidentes caracterizados como Primeiros Socorros que aconteceram nestas atividades tiveram baixo potencial de gravidade.

As taxas de frequência de acidentes com efetivo próprio e de empresas contratadas em 2014, comparadas com as de 2013, estão nas tabelas a seguir:

| | 2013 | | | Taxa de Frequência |
|-------------|------|-----|-------|--------------------|
| | CPT | SPT | TOTAL | |
| MRN | 2 | 3 | 5 | 1,44 |
| CONTRATADAS | 4 | 3 | 7 | 1,57 |
| CONSOLIDADO | 6 | 6 | 12 | 1,51 |

| | 2014 | | | Taxa de Frequência |
|-------------|------|-----|-------|--------------------|
| | CPT | SPT | TOTAL | |
| MRN | 1 | 6 | 7 | 1,97 |
| CONTRATADAS | 0 | 2 | 2 | 0,45 |
| CONSOLIDADO | 1 | 8 | 9 | 1,12 |

Vale ressaltar as diversas ações visando à melhoria contínua da gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) que foram implantadas, trazendo ganhos significativos quanto ao desempenho em segurança, permitindo à MRN ocupar lugar de destaque no cenário nacional. Em dezembro de 2014, a MRN foi reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) com o primeiro lugar no prêmio *Melhores Práticas em Saúde e Segurança*.

Saúde Ocupacional

Em 2014, foram avaliadas 249 pessoas no Programa de Medicina do Sono, entre empregados da MRN, empregados de empresas contratadas e pessoas da comunidade. Os casos de distúrbios passaram a ter o acompanhamento clínico indicado.

No Programa *Apto para a Vida, Apto para o Trabalho* foram avaliados nos aspectos físico e nutricional 274 profissionais. O objetivo do programa é medir a capacidade funcional dos trabalhadores, o local de trabalho e as ferramentas disponíveis. Após as análises, são sugeridas propostas de melhoria para potencializar a produtividade. O programa atua no campo da nutrição, aptidão física, biomecânica

e ergonomia. Em consonância com a saúde ocupacional, foram agendadas 49 avaliações com clínica médica do Hospital de Porto Trombetas para os empregados identificados com alteração na pressão arterial aferida durante a execução dos trabalhos. O objetivo do programa é estimular nos empregados uma conduta saudável, desenvolvendo neles a consciência e mudança de hábitos inerentes ao bom resultado e sucesso pessoal em prol da saúde. Como retaguarda do *Apto para a Vida, Apto para o Trabalho, o Ação & Bem-Estar* incentiva a participação das pessoas nas atividades desenvolvidas pelo referido subprograma do *Programa de Qualidade de Vida (PQV)*.

Os programas *Medicina do Sono* e *Apto para a Vida, Apto para o Trabalho* permitiram a identificação, diagnóstico diferencial, tratamento e acompanhamento evolutivo dos distúrbios do sono e situações de fadiga que pudessem atrelar riscos às atividades profissionais, assim como impactos à qualidade de vida.

Durante o ano de 2014, foram realizados 1904 atendimentos pela Medicina do Trabalho aos empregados da MRN, entre exames admissionais, demissionais, periódicos, mudança de função e retorno ao trabalho, além de atendimentos clínicos. Foram realizados 97.752 exames.

Meio Ambiente

Desenvolver, implementar, manter e atualizar um sistema de gestão ambiental que atenda integralmente aos requisitos da norma internacionalmente aceita, ISO 14.001:2004 é um dos objetivos da MRN e de seus empregados.

A certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) vigente foi obtida em dezembro de 2001 e, desde então, o empreendimento como um todo, bem como a vila residencial, são periodicamente auditados.

Em 2014, foram desenvolvidas duas auditorias externas pelo *British Standards Institution* (BSI), sendo uma de recertificação, que ocorreu em fevereiro e ratificou a conformidade do SGA da empresa com a ISO 14.001:2004 e outra de manutenção, ocorrida em setembro.

Para o ano de 2015 são previstas duas auditorias de manutenção.

Reabilitação Ambiental de Áreas Mineradas

As atividades de reflorestamento foram realizadas em conformidade com as atividades de lavra, sendo em 2014 reflorestados 261,9 hectares de minas em processo de descomissionamento e áreas de servidão (Papagaio, Periquito, Aviso, Bacaba e Rodoferrovia) e 48 hectares de minas em operação (Bela Cruz), atingindo um total de 309,9 hectares. Ao todo, 608.874 mudas de 43 espécies nativas diferentes, produzidas em viveiro florestal próprio, foram utilizadas no processo de reabilitação ambiental de áreas mineradas. De 1979 a 2014 foram reabilitados cerca de 5.271 hectares, onde foram plantadas 10,3 milhões de mudas de 450 espécies arbóreas nativas.

O sucesso dos trabalhos de reabilitação é monitorado, conforme metodologia específica, acordada e aprovada pelo órgão ambiental competente. Na busca pela melhoria contínua, a MRN realizou em março de 2014 um *workshop* com especialistas em processos de reflorestamentos para discutir novas metodologias e tendências futuras que agreguem resultados.

Ainda no ano de 2014, o viveiro florestal da MRN produziu 873.986 mudas nativas de 74 espécies distintas do bioma Amazônia. Estas mudas serão utilizadas integralmente no programa de reabilitação do ano 2014/2015.

Monitoramentos do Meio Físico

A MRN mantém um complexo e extenso sistema de monitoramento ambiental para acompanhar suas atividades. Basicamente, ele pode ser dividido em subprogramas e são eles: águas superficiais e nascentes; qualidade do ar; conforto acústico ambiental; e limnologia.

A rede integrada dos monitoramentos até 2014 era composta de 57 pontos de águas superficiais com periodicidade de amostragem mensal; 71 pontos de nascentes com periodicidade de amostragem quadrimestral; 12 pontos de sedimentos com periodicidade bial; 13 piezômetros com periodicidade de amostragem mensal; 9 amostradores de grande volume com periodicidade de amostragem semanal; 4 estações meteorológicas compactas; 13 pontos de ruído diurno e noturno com periodicidade de

amostragem mensal; 36 pontos de limnologia associados com periodicidade de amostragem semestral, sendo que há uma malha específica voltada para projetos de pesquisa no Lago do Batata.

Programa de Manejo Integrado de Fauna

A MRN desenvolveu e vem executando o Programa Integrado de Manejo da Fauna da área de influência do projeto de exploração mineral dos Platôs Saracá, Almeidas, Aviso, Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco, Papagaio e Periquito, envolvendo, desde o manejo das espécies por meio de ações de resgate e afugentamento, até o monitoramento do alcance dos impactos das atividades do empreendimento sobre as mesmas e, posteriormente, da efetividade das ações de controle executadas.

Mediante convênio firmado entre a MRN e a FIT – Faculdades Integradas do Tapajós, profissionais tecnicamente habilitados e capacitados desenvolvem as atividades de afugentamento e resgate da fauna e utilizam estruturas especialmente concebidas para prestar os primeiros socorros e processos rápidos de reabilitação, como o Centro de Triagem de Animais Silvestres – CETAS da própria empresa, ou o Zoológico da FIT, em Santarém, para casos específicos. Cabe ressaltar que todo o processo de manuseio de fauna é autorizado pelo órgão ambiental competente.

Processos de Licenciamento Ambiental

Em 2014, foram obtidas a renovação da Licença de Operação da Mina Saracá, a 2ª Autorização de Supressão Vegetal (ASV) da Mina do Monte Branco e a 5ª ASV da Mina da Bela Cruz. Também foram emitidas as Licenças de operação do Incinerador de resíduos, alteamento da Trincheira 01 e da Estação de Tratamento de Líquidos Percolados da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Porto Trombetas.

Após o recebimento do termo de referência para elaboração do EIA/RIMA do empreendimento da Zona Central Oeste (LOMP), a MRN iniciou o planejamento para desenvolvimento das atividades de monitoramento ambiental para elaboração do EIA/RIMA. Em fevereiro de 2014, o Ministério Público Federal e Estadual enviou uma recomendação aos órgãos licenciadores que suspendessem as autorizações para continuidade dos estudos de elaboração do EIA/RIMA até que fossem feitas oitivas às comunidades envolvidas nos moldes da Convenção/OIT 169. A MRN continuou com as tratativas junto às comunidades e órgãos autorizados pela condução do processo pelo MP visando atender a todas as recomendações.

Ainda no que se refere às ações ambientais desenvolvidas em 2014, a MRN deu continuidade ao Programa de Monitoramento de Primatas nos Platôs Bacaba e Bela Cruz. A iniciativa teve início em 2010 e tem previsão de duração de cinco anos.

Também prosseguirão as ações de reabilitação de áreas mineradas e do programa de manejo integrado de fauna e flora e do monitoramento do Lago Batata, que ocorre desde 1988.

Relações com a Comunidade

Em continuidade ao Programa de Relacionamento com Comunidades no ano de 2014, a MRN deu prosseguimento aos projetos e ações educacionais, ambientais e sociais dentro do Programa de Educação Socioambiental (PES).

Esta adequação é uma demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que segue os princípios descritos no Art. 4º, da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9.796/99) e condicionante do licenciamento de suas atividades de extração mineral.

O PES é composto por treze projetos desenvolvidos nos municípios de Terra Santa e Oriximiná, que têm como base os pilares de Educação e Cultura, Sustentabilidade, Saúde e Segurança e Meio Ambiente. São eles:

1. Educação Cidadania e Cultura – Projeto Educação Ambiental e Patrimonial;
2. Sustentabilidade – Projetos: Agricultura Familiar, Piscicultura, Manejo das Populações de Copaíbas, Meliponicultura;
3. Segurança e Saúde – Microssistemas e Poços Artesianos, Combate à Malária, Projeto Leme, Quilombo;
4. Meio Ambiente – Instituto Gaya de Defesa das Águas, Manejo dos Castanhais, Sistemas Agroflorestais.

Em outubro de 2014, foi realizada na cidade de Oriximiná a 4ª Oficina com o objetivo de retomar aspectos conceituais e metodológicos básicos de um programa de educação ambiental no âmbito do licenciamento ambiental federal, sob responsabilidade do IBAMA, conforme diretrizes contidas na Instrução Normativa 02/2012 e avaliar o andamento do conjunto dos projetos. Ao final, foram feitas recomendações a serem implementadas em 2015.

Em termos de obras e infraestrutura comunitária, os destaques de 2014 são:

- Apoio logístico (alimentação e transporte aos comunitários) à Associação dos Remanescentes de Quilombo de Oriximiná - ARQMO para a realização de todas as reuniões prévias solicitadas pelo MPF e Fundação Cultural Palmares (FCP).
- Disponibilização de recursos para reforma do Barco da ARQMO.
- Instalação de sistema de comunicação (celular rural) nas comunidades quilombolas Moura, Último Quilombo, Palhal, Juquiri Grande e Jamari.
- Disponibilização de recursos na construção da Igreja da comunidade quilombola da Tapagem.
- Disponibilização de recursos para a reforma do Barracão social da comunidade quilombola do Palhal.
- Disponibilização de recursos para a reforma do Barracão social da comunidade quilombola do Juquiri Grande.
- Disponibilização de recursos para a reforma do sistema de distribuição de água potável na comunidade quilombola Jamari (lado Rebio).
- Doação de cabos elétricos e canos hidráulicos para atendimento a sete famílias da comunidade quilombola Jamari (lado Flona).
- Reforma e ampliação do Barracão Social da comunidade quilombola do Lago do Moura, com estruturação para receber atendimentos do Projeto Quilombo.
- Construção de um prédio para abrigar a biblioteca da comunidade quilombola do Lago do Moura.
- Doação de gerador de energia de 18HP e cabos elétricos para atendimento a 10 famílias da comunidade quilombola do Lago Abui.
- Doação de gerador de energia de 18HP e cabos elétricos para atendimento a 10 famílias da comunidade quilombola Mãe Cué (Lago).
- Doação de cabos elétricos para atendimento a 8 famílias da comunidade quilombola Juquirizinho.
- Construção de uma cozinha comunitária com sistema de bombeamento e armazenamento de água na comunidade quilombola Mãe Cué.
- Doação de cabos elétricos para atendimento a 9 famílias da comunidade quilombola Mãe Cué.
- Construção de um espaço para a confecção e venda de peças de artesanato na comunidade quilombola do Lago Abui.
- Reforma de três casas de farinha na comunidade Tapixaua, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Reforma de duas casas de farinha na comunidade Batata, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Construção de um galinheiro para produtores da comunidade Batata, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Reforma de três casas de farinha na comunidade Aimim, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Reforma de uma casa de farinha na comunidade Casinha, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Reforma de uma casa de farinha na comunidade Ascensão, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.

- Reforma de três casas de farinha na comunidade Tapixaua, através do programa de Apoio à Agricultura Familiar.
- Melhoria na estrada que liga Porto Trombetas a Terra Santa.

Projetos Socioambientais

- O Projeto Sistemas Agroflorestais – SAFs, que iniciou em 2012 a construção de uma unidade demonstrativa na comunidade do Ascensão (Lago Sapucaá), com a proposta de promover a capacitação técnica dos produtores locais para a cultura da mandioca e produção de farinha sem o uso de queimadas, mostrou-se um grande sucesso ao produzir com 'roça sem fogo' o triplo da quantidade de farinha que seria produzida em área de queimada. Esses resultados foram alcançados em 2013 e, em 2014, com a parceria da prefeitura, foram preparados (mecanizados) quatro hectares com expectativa de produção em 2015 da ordem de 140 toneladas de raiz. O projeto expôs seus resultados na Feira da Exposibram Amazônia 2014, realizada em Belém, com participação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Pará e da comunidade.
- A Piscicultura incluiu mais duas famílias produtoras nas comunidades do Bacabal (Médio Trombetas - Oriximiná), Jamari (Alto Trombetas - Oriximiná), que receberam capacitação técnica, equipamentos, alevinos e ração, com expectativa de produção em 2015 da ordem de seis toneladas de peixe.
- O Projeto Manejo de Copaíbas inventariou 247,5 hectares do Platô Monte Branco no 1º semestre, e 381 hectares no 2º semestre, em um total de 628,5 hectares, onde realizou a extração de, aproximadamente, 200 litros de óleo das árvores adultas e fez o acompanhamento do crescimento das 730 mudas de copaíbas nas Comunidades de Jamari e Curuçá. O projeto também apresentou seus resultados na Exposibram Amazônia 2014.
- Na Agricultura Familiar foram realizadas ações de capacitação técnica dos produtores locais, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná (STTRO), voltadas para os seguintes temas: Manejo de Abelhas com Ferrão (apicultura), Qualidade na Produção de Farinha e Derivados da Mandioca e Produção de Frutas e Hortaliças.
- O Projeto Meliponicultura (produção de mel de abelhas sem ferrão), realizado em parceria com o SEBRAE, MRN e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terra Santa, teve a capacitação de 10 famílias das comunidades Redobra e Alema, que atualmente estão com 250 caixas de abelha e uma produção de mais de 200 quilos de mel por ano, que é todo comercializado na própria cidade de Terra Santa.
- O Projeto Quilombo, realizado em parceria com a Fundação Esperança de Santarém e a Prefeitura de Oriximiná, tem como objetivo levar saúde preventiva e curativa a 18 comunidades compostas por remanescentes de quilombos que habitam as margens do Alto Rio Trombetas. Em 2014, mais de 4.000 pessoas foram atendidas, em um total de 2.218 atendimentos em Medicina Geral, 94 em Ginecologia, 408 atendimentos em Planejamento Familiar e 171 em Pré-Natal.
- Novamente, foram realizadas ações de conscientização através do Projeto Leme, que tem como objetivo promover a orientação para práticas seguras no uso de embarcações no Rio Trombetas. Em parceria com grupo de voluntários ATA Navegação (Alunos de Trombetas em Ação de Segurança na Navegação), da Fundação Vale do Trombetas (FVT), as ações foram realizadas na balsa de passageiros de Porto Trombetas, sensibilizando mais de duas mil pessoas. Além disso, foi promovido novamente o 'Cine Solidário' - ação na qual foram arrecadados brinquedos e livros. O material foi doado à escola pública (polo) que atende as comunidades Jamari, Curuçá, Juquirizinho e Juquiri Grande no Alto Trombetas.
- O Programa de Combate à Malária também fechou o ano sem nenhuma ocorrência registrada no posto de saúde de Porto Trombetas e nas comunidades onde são efetuadas as ações de combate à doença. Os últimos registros nas áreas atendidas pelo programa ocorreram em 2010, com 63 casos. O trabalho é executado pela

Pró-Saúde, empresa especializada em gestão hospitalar e que atua na gestão do Hospital de Porto Trombetas, em parceria com a Prefeitura de Oriximiná.

- O projeto Poços Artesianos e Microssistemas de Água beneficiou duas comunidades com a construção de três poços manuais em 2014: um no Acapuzinho e dois no Lago Batata. Neste projeto, a MRN também recuperou microssistemas de água já instalados nas comunidades Curuçá, Jamari, Saracá e Boa Nova.
- Em 2014, a MRN deu continuidade ao projeto Esporte na Cidade, através da lei federal de incentivo ao esporte, em parceria com a OSCIP – Organização Social de Interesse Público “De Peito Aberto”, beneficiando mais de 500 crianças e adolescentes no município de Terra Santa, todos os alunos da Rede Municipal de Ensino. O projeto contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Terra Santa onde é desenvolvido.
- Com investimentos de incentivos fiscais, a MRN patrocinou programas importantes na área cultural. Os Programas Cultura em Rede abarcaram grande parte dos pequenos patrocínios realizados pela empresa na região. Através de metodologia própria, estes programas contribuíram para que as manifestações culturais ganhassem força e visibilidade regional. Visando reforçar a atenção às comunidades quilombolas, foi feito o levantamento das manifestações culturais nas 35 comunidades quilombolas da região, o que serviu de base para a elaboração do plano de ação cultural de 2015.
- A MRN doou recursos ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para suportar 18 projetos voltados à promoção social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social nos municípios de Oriximiná, Terra Santa, Faro e Obidos.
- Em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e comunidades locais, a MRN continuou a apoiar o projeto Pé-de-Pincha, que visa à conservação de algumas espécies de quelônios, como a tartaruga, o tracajá e o pituí. As atividades do projeto começam sempre na metade do ano e seguem até março do ano seguinte. Assim, em março de 2014, encerraram-se as atividades do ciclo de 2013, que devolveu à natureza 43.374 animais. O ciclo de 2014 será encerrado em março de 2015, com a finalização do ciclo de desova, e os resultados do trabalho divulgados no Relatório GRI de Sustentabilidade, ainda este ano, e no próximo Relatório de Administração da MRN. O projeto Pé-de-Pincha contempla as seguintes atividades: a realização de palestras educativas, resgate dos ovos de áreas sujeitas à alagamentos ou à ação de predadores, monitoramento de ninhos e de soltura de quelônios na natureza, tanto em Oriximiná como em Terra Santa. Participaram do projeto as seguintes comunidades: Acapuzinho, Ascensão, Barreto, São José, Mapará, Santo Antônio, Caipuru, Jarauacá, Nova Aliança, Poço Fundo e Castanhal (no município de Oriximiná), Aliança, Macoia, Ferreira, Pequena, Zuleide, Neves, Ilha do Grito, Babá, Ival, Desengano, Alema, Jauaruna, Conceição e Tucunaré (em Terra Santa).
- O Programa Quelônios da Amazônia (PQA) é um outro projeto de conservação natural que recebe investimentos da Mineração Rio do Norte desde 2006. A área de abrangência do programa é de cerca de 5 mil hectares no médio Tapajós, município de Aveiro, oeste do estado do Pará, tendo como principal sítio de desova o tabuleiro Monte Cristo. O principal objetivo do programa é promover as atividades de monitoramento e manejo de tartarugas, buscando manter o equilíbrio dos estoques naturais existentes no rio Tapajós. As atividades realizadas no programa incluem recrutamento de pessoal, limpeza das praias, manutenção de infraestrutura, vigilância dos boiados, campanhas educativas, movimentação de berçário, vigilância das praias e soltura dos filhotes. Do ciclo anterior, finalizado no início de 2014, foram soltos 245.013 filhotes de tartarugas da Amazônia no rio Tapajós.
- Ainda como parte de nossas relações com a comunidade, em 2014, realizamos 20.023 atendimentos médicos gratuitos através do Hospital de Porto Trombetas, destacando-se 329 internações, 174 cirurgias sendo 96 partos e mais de 31 mil exames laboratoriais. Os atendimentos compreenderam as especialidades

de Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Clínica Geral e Cirúrgica e Ortopedia. Os pacientes atendidos eram procedentes de comunidades quilombolas e ribeirinhas da região do rio Trombetas, entre elas, as comunidades Boa Vista, Tapagem, Vila Paraíso, Moura, Ajudante, Água Fria, Lago do Batata, Abuí, Aracua, Bacabal, Bom Jesus, Cachoeira Porteira, Coração de Jesus, Curuçá-Mirim, Curuçazinho, Erepecú, Flexal, Juquirizinho, Paraná do Abuí, Serrinha e Mãe Cué.

- No aspecto educacional, em 2014, atendemos novamente estudantes da comunidade Boa Vista no projeto Apoio à Educação Formal. No total, 77 alunos oriundos da comunidade, que no ano anterior haviam encerrado a etapa de estudos até o quinto ano em sua localidade, receberam bolsa de estudos na escola Professor Jonathas Pontes Athias, em Porto Trombetas, para continuar sua trajetória educacional. Como parte do projeto, os estudantes recebem reforço escolar na fase de adaptação para nova escola, transporte (ônibus e barco), fardamento, apostilas e alimentação. O projeto oferece a bolsa de estudos na escola Professor Jonathas Pontes Athias até a conclusão do Ensino Médio.

Auditoria Interna e Ouvidoria

Em 2014, a MRN deu continuidade aos seus processos de auditoria interna. Foram realizadas 22 auditorias em processos de natureza comercial, operacional e de suporte, sempre em conformidade com os padrões internos e legislação vigente, requeridos para a função, visando subsidiar a Diretoria Executiva com informações de gestão de controles internos praticados pelos gestores, cujos resultados serão submetidos à apreciação do Comitê de Auditoria, em reunião a ser realizada em janeiro de 2015.

O trabalho resultou em 139 recomendações de melhorias, cujos planos de ação estabelecidos são acompanhados através de *follow-up* pela Auditoria, com objetivo de validar o bloqueio da fragilidade com a implementação das ações de melhoria.

Ao final do ano de 2014, por indicação do Comitê de Auditoria dos acionistas e, por recomendações aprovadas pelo Conselho de Administração, a MRN visando se adequar às melhores práticas de mercado, migrará em 2015 o seu modelo de auditoria interna com pessoal próprio e baseado em uma matriz de processos, para auditoria baseada em uma matriz de riscos e com apoio de auditoria externa terceirizada. Esta diretoria está alinhada com as duas primeiras auditorias realizadas pela área de Gestão de Risco da MRN no ano de 2014.

O canal da Ouvidoria, destinado a tratar questões relacionadas ao Código de Ética e Conduta da MRN, por sua vez, efetuou 359 registros em 2014, sendo 36% provenientes de pessoas ligadas às empresas contratadas, 51% decorrentes de empregados da MRN, e 13% relacionados a assuntos da comunidade. Todas as ocorrências foram encaminhadas para as áreas pertinentes e apuradas de forma imparcial e sigilosa. A garantia do sigilo e a apuração de forma imparcial, aliadas à agilidade nas respostas, proporcionam total credibilidade ao processo da Ouvidoria.

Investimentos

A Mineração Rio do Norte, no ano de 2014, realizou investimentos de R\$ 127,7 milhões. Deste montante, R\$ 29,7 milhões foram destinados à abertura de novas minas, R\$ 19,2 milhões para projetos especiais como melhoria no sistema de peneiramento e linha de transmissão. Investiu também R\$ 25,0 milhões em equipamentos de mineração; R\$ 6,2 milhões em correias transportadoras; R\$ 4,1 milhões em ferrovia; R\$ 13,2 milhões em meio ambiente, segurança e saúde; R\$ 3,7 milhões em pesquisas geológicas e mais R\$ 26,6 milhões em projetos de infraestrutura, atualização tecnológica, modernização e continuidade operacional.

Resultados Econômico-Financeiros

O volume de vendas em 2014 (17,8 milhões de toneladas de bauxita) foi superior ao de 2013 (17,0 milhões de toneladas). A receita líquida de R\$ 994,52 foi 5,1% maior que o ano anterior, levemente impactada pelos preços praticados em 2014 que ficaram 5,3% abaixo de 2013, devido à cotação do Alumínio na Bolsa de Metais de Londres (LME), e positivamente pela maior valorização do câmbio ao longo do ano (taxa média PTAX de 2,36 em 2014 contra 2,16 em 2013). O aumento nos preços dos derivados de petróleo, óleo BPF e Diesel, principalmente pelas mudanças de tributação do ICMS no Estado do Pará, impactaram negativamente em 3,2% o custo de produtos vendidos.

O EBITDA em 2014 foi R\$ 317,9 milhões e ficou alinhado com o do ano de 2013. A Mineração Rio do Norte – MRN, em suas operações de 2014, obteve Lucro Líquido de R\$ 42,6 milhões, 20,4% menor que no ano anterior que foi de R\$ 53,6 milhões. Esta variação teve como principal contribuinte a variação cambial dos empréstimos, representando R\$ 10,3 milhões, 19,02% superior ao ano anterior. Este impacto foi devido à elevação da taxa de câmbio em dezembro de 2014 (PTAX 2,6562) em comparação com o fechamento da última taxa de câmbio de dezembro de 2013 (PTAX 2,3426). Como destaque do ano, a MRN obteve junto a SUDAM um benefício fiscal, em decorrência da modernização de suas instalações e processos, que permite a redução da alíquota de imposto de renda sobre o lucro da exploração em 75% para os próximos 10 anos (2014-2023).

A geração líquida de divisas em 2014 foi de US\$ 203,8 milhões, inferior em US\$ 19,7 milhões ao ano anterior. O saldo da balança comercial foi de US\$ 270,4 milhões, (US\$ 224,9 milhões em 2013). O fluxo de capitais foi negativo em US\$ 60,4 milhões e os pagamentos de serviços totalizaram US\$ 6,2 milhões.

Foram recolhidos aos cofres públicos em impostos e contribuições, incluindo retenções na fonte, o valor de R\$ 170,8 milhões (R\$ 190,2 milhões em 2013), assim distribuídos:

| | 2014 | 2013 |
|--|-------|-------|
| ICMS | 21,1 | 26,2 |
| Compensação financeira pela exploração de recursos minerais - CFEM | 29,2 | 26,7 |
| PIS e COFINS | 2,9 | 12,8 |
| Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro líquido | 36,2 | 44,5 |
| Contribuições previdenciárias | 41,2 | 42,8 |
| TFRM | 23,0 | 20,7 |
| Outros impostos | 17,2 | 16,5 |
| | 170,8 | 190,2 |

Desafios

Os principais desafios da MRN para o ano de 2015 são:

- Identificar oportunidades para a continuidade e sustentabilidade de longo prazo para as suas operações.
- Concluir os estudos de Engenharia (FEL 2) do projeto de continuidade de lavra dos recursos dos Platôs da Zona Central e Oeste após a exaustão da Zona Leste (LOMP) e apresentar ao Conselho de Administração.
- Dar continuidade aos estudos visando à implantação do projeto da linha de transmissão, integrando as operações da MRN à linha de transmissão de 500kV que interliga Manaus a Tucuruí, com apresentação do relatório FEL 2 ao Conselho de Administração.
- Dar continuidade aos estudos ambientais e de engenharia para as futuras minas a serem abertas (Platôs remanescentes da Zona Leste e do LOMP). Atendendo aos cronogramas já estabelecidos.
- Consolidar o programa integrado de gestão de riscos e de prevenção de fatalidades aderindo os novos procedimentos visando atender ao novo modelo de auditoria interna terceirizada com foco nos controles de mitigação dos riscos.
- Dar continuidade aos programas de melhoria contínua objetivando redução de custos e melhoria de produtividade.
- Consolidar e fortalecer o planejamento estratégico dos próximos 3 anos.

A Diretoria Executiva da MRN agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados em 2014, especialmente, aos seus empregados e acionistas.

Porto Trombetas, 22 de janeiro de 2015.

Diretoria Executiva

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

| ATIVO | Notas | 31/12/2014 | | 31/12/2013 | |
|--|-------|------------------|------------------|------------|--|
| | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixas e equivalentes de caixa | 4 | 7.017 | 5.706 | | |
| Contas a receber | | | | | |
| Partes relacionadas | 17.b | 132.194 | 90.555 | | |
| Terceiros | - | 4.451 | 6.781 | | |
| Estoques | 5 | 79.432 | 67.887 | | |
| Tributos a compensar | 9 | 40.704 | 7.829 | | |
| Outros ativos circulantes | - | 14.627 | 12.961 | | |
| Total do ativo circulante | | 278.425 | 191.719 | | |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Tributos a compensar | 9 | 24.760 | 46.733 | | |
| Depósitos judiciais | 6 | 194.686 | 212.702 | | |
| Impostos diferidos | 14 | 69.950 | 99.027 | | |
| Outros ativos não circulantes | - | 21.194 | 5.027 | | |
| | | 310.590 | 363.489 | | |
| Investimentos | - | 390 | 385 | | |
| Imobilizado | 7 | 1.454.594 | 1.654.469 | | |
| Intangível | 8 | 2.816 | 3.340 | | |
| | | 1.457.800 | 1.658.194 | | |
| Total do ativo não circulante | | 1.768.390 | 2.021.683 | | |
| Total do ativo | | 2.046.815 | 2.213.402 | | |
| PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | |
| | Notas | 31/12/2014 | 31/12/2013 | | |
| Passivo circulante | | | | | |
| Fornecedores | - | 53.597 | 62.228 | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 313.008 | 373.579 | | |
| Instrumentos financeiros derivativos | 22 | - | 3.887 | | |
| Salários, provisões e contribuições sociais | - | 31.357 | 34.909 | | |
| Impostos a recolher | 11 | 12.632 | 12.536 | | |
| Imposto de renda e contribuição social a pagar | - | - | 5.793 | | |
| Dividendos a pagar | 15.d | 30.442 | 38.868 | | |
| Provisão para desmobilização de ativos | 13 | 29.611 | 35.689 | | |
| Outras obrigações | - | 3.729 | 769 | | |
| Total do passivo circulante | | 474.376 | 568.258 | | |
| Passivo não circulante | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 461.426 | 310.880 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14 | 39.684 | 65.893 | | |
| Impostos a recolher | 11 | - | 36.144 | | |
| Provisão para contingências | 12 | 250.480 | 227.368 | | |
| Provisão para desmobilização de ativos | 13 | 213.959 | 395.928 | | |
| Total do passivo não circulante | | 965.549 | 1.036.213 | | |
| Patrimônio líquido | 15 | | | | |
| Capital social | - | 489.675 | 488.484 | | |
| Reservas de capital | - | 6.829 | 6.829 | | |
| Reserva de lucros | - | 110.386 | 113.618 | | |
| | | 606.890 | 608.931 | | |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 2.046.815 | 2.213.402 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por milhões de ações)

| | Notas | 31/12/2013 | |
|--|-------|----------------|-----------------|
| | | 31/12/2014 | (reapresentado) |
| Receita operacional líquida | 16 | 994.547 | 946.244 |
| Custo dos produtos vendidos | 18 | (745.230) | (700.326) |
| Lucro bruto | | 249.317 | 245.918 |
| Receitas/ (despesas) operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 19 | (31.203) | (34.042) |
| Outras receitas/ (despesas) operacionais, líquidas | 20 | (22.663) | (20.026) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 195.451 | 191.850 |
| Resultado financeiro | 21 | | |
| Receitas financeiras | - | 19.139 | 19.937 |
| Despesas financeiras | - | (85.822) | (77.291) |
| Variação cambial, líquida | - | (64.269) | (53.930) |
| | | (130.952) | (111.284) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 64.499 | 80.566 |
| Imposto de renda e contribuição social | 14 | | |
| Correntes | - | (18.989) | (34.324) |
| Diferidos | - | (2.868) | 7.356 |
| | | (21.857) | (26.968) |
| Lucro líquido do exercício | | 42.642 | 53.598 |
| Lucro líquido do exercício por lote de 1.000.000 ações (em R\$) | | 71,07 | 89,33 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 42.642 | 53.598 |
| Resultado de hedge | - | (3.499) |
| Imposto de renda relacionado a componentes de outros resultados abrangentes | - | 1.190 |
| Resultado abrangente total do exercício | 42.642 | 51.289 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

| Notas | Capital social | Reserva de capital | Ajuste de avaliação patrimonial | Reservas de lucros | | | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
|---|----------------|--------------------|---------------------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------|
| | | | | Legal | Isenção de imposto renda | Reserva de retenção de lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | 488.484 | 6.829 | 2.309 | 97.697 | 1.191 | 55.343 | - | 651.853 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | - | (2.309) | - | - | - | - | (2.309) |
| Lucro líquido do exercício | 15.c.3 | - | - | - | - | - | 53.598 | 53.598 |
| Reserva legal | 15.c.3 | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva para aumento de capital – isenção de IR | 15.c.3 | - | - | - | 489 | - | (489) | - |
| Dividendos propostos | 15.d. | - | - | - | - | (55.343) | (38.868) | (94.211) |
| Reserva para retenção de lucros | - | - | - | - | - | 14.241 | (14.241) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | 488.484 | 6.829 | - | 97.697 | 1.680 | 14.241 | - | 608.931 |
| Aumento de capital | - | 1.191 | - | - | (1.191) | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | 15.c.3 | - | - | - | - | - | 42.642 | 42.642 |
| Reserva legal | 15.c.3 | - | - | 238 | - | - | (238) | - |
| Reserva para aumento de capital – isenção de IR | 15.c.3 | - | - | - | 11.962 | - | (11.962) | - |
| Dividendos propostos | 15.d | - | - | - | - | (14.241) | (30.442) | (44.683) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | 489.675 | 6.829 | - | 97.935 | 12.451 | - | - | 606.890 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (valores expressos em milhares de reais)

| | Notas | 31/12/2014 | 31/12/2013 (reapresentado) |
|--|-------|------------|-------------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | - | 64.499 | 80.566 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | | |
| Depreciação e amortização | - | 122.400 | 127.070 |
| Provisão para obsolescência de materiais | - | (494) | 886 |
| Provisão para contingências | - | 2.257 | 110 |
| Valor residual de ativo imobilizado baixado | - | 1.879 | 200 |
| Atualização monetária de depósitos judiciais | - | (18.259) | (19.393) |
| Provisão para desmobilização de ativos | 13 | 41.263 | 40.349 |
| Atualização monetária contingências | - | 20.855 | 15.740 |
| Variação cambial e juros provisionados | - | 91.144 | 84.929 |
| (Aumento)/ redução nos ativos operacionais | | | |
| Contas a receber de clientes | - | (39.309) | 10.365 |
| Estoques | - | (11.051) | (20.266) |
| Depósito judicial | - | 36.275 | (14.999) |
| Tributos a compensar | - | 493 | (20.969) |
| Outros | - | (18.369) | (12.504) |
| Aumento/ (redução) nos passivos operacionais | | | |
| Fornecedores | - | (8.631) | (16.201) |
| Impostos a recolher | - | (36.048) | 20.742 |
| Salários, provisões e encargos sociais | - | (3.552) | 5.437 |
| Provisão para desmobilização de ativos (pagamentos) | 13 | (39.988) | (28.934) |
| Outras obrigações e contas a pagar | - | 2.960 | (8.849) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | | |
| | | 208.324 | 244.279 |
| Juros pagos | - | (23.946) | (24.904) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (36.177) | (44.687) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | | |
| | | 148.201 | 174.688 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de imobilizado e intangível | - | (112.671) | (210.920) |
| Caixa aplicado nas atividades de investimento | | | |
| | | (112.671) | (210.920) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Captação de empréstimos e financiamentos | - | 756.430 | 829.616 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | - | (737.540) | (697.092) |
| Pagamento de dividendos | - | (53.109) | (96.951) |
| Caixa (aplicado nas)/gerado pelas atividades de financiamento | | | |
| | | (34.219) | 35.573 |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 1.311 | (659) |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| Saldo inicial | 4 | 5.706 | 6.365 |
| Saldo final | 4 | 7.017 | 5.706 |
| Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa | | | |
| | | 1.311 | (659) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------|------------|
| Receitas | | |
| Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 1.117.406 | 1.058.000 |
| Outras receitas | 1.112.165 | 1.056.076 |
| | 5.241 | 1.924 |
| Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, PIS e COFINS) | | |
| Custos dos produtos vendidos | 528.807 | 482.890 |
| Material e serviços de terceiros | 484.922 | 449.691 |
| | 43.885 | 33.199 |
| Valor adicionado bruto | | |
| | 588.599 | 575.110 |
| Depreciação, amortização e exaustão | 122.400 | 127.070 |
| Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade | | |
| | 466.199 | 448.040 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras e variações monetárias ativas | 26.605 | 23.519 |
| Outras | 26.605 | 23.401 |
| | - | 118 |
| Valor adicionado total a distribuir | | |
| | 492.804 | 471.559 |
| Distribuição do valor adicionado | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 118.064 | 115.175 |
| Benefícios | 68.974 | 64.939 |
| FGTS | 40.504 | 41.811 |
| | 8.586 | 8.425 |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 174.541 | 168.101 |
| Estaduais | 114.799 | 111.617 |
| Municipais | 40.744 | 38.415 |
| | 18.998 | 18.069 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros e variações monetárias passivas | 157.557 | 134.685 |
| | 157.557 | 134.685 |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Dividendos propostos | 42.642 | 53.598 |
| Lucros retidos | 30.442 | 38.868 |
| | 12.200 | 14.730 |
| Total do valor adicionado distribuído | | |
| | 492.804 | 471.559 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
1. Contexto Operacional e Informações Corporativas

A Mineração Rio do Norte S.A. (MRN ou Sociedade) é uma Sociedade Anônima (S.A.) de capital fechado, com sede na cidade de Oriximiná (PA) – Porto Trombetas, cujos acionistas são a Vale S.A., Rio Tinto Alcan Brasil Ltda., BHP Billiton Metais S.A., Companhia Brasileira de Alumínio, Alcoa Alumínio S.A., Norsk Hydro Brasil Ltda., Alcoa World Alumina LLC e Alcoa World Alumina Brasil Ltda. (Nota nº 15). Suas atividades consistem na extração, no beneficiamento e na venda de minério de bauxita.

As vendas de minério de bauxita, efetuadas para os próprios acionistas da Sociedade, ou por meio deles ou para suas controladoras e empresas ligadas, são regidas por contratos de longo prazo, que estabelecem condições de mercado e equivalentes entre os acionistas. As quantidades vendidas para cada empresa são confirmadas anualmente e podem apresentar pequenas variações. Os preços praticados, em dólares norte-americanos, são calculados segundo fórmulas específicas. As contas a receber decorrentes da venda de minério de bauxita têm prazo médio de vencimento de 30 dias. Caso o acionista adquirente não realize a compra da quantidade mínima de bauxita definida em contrato, a Sociedade poderá oferecer a referida quantidade a terceiros pelo preço definido pelo adquirente, desde que não seja inferior a 90% do preço definido em contrato. Nesse caso, a Sociedade será reembolsada da diferença de preço incorrida na transação. Qualquer tonelagem não retirada pelo acionista e que a Sociedade não se disponha a vender ou não possa vender, conforme previsto, não será produzida e o acionista deverá pagar à Sociedade, com relação a essa tonelagem não retirada, preço igual à soma do preço base e o reajuste de preço vigente na ocasião e, caso haja qualquer redução de custo resultante da não produção da tonelagem não retirada, a Sociedade fará ao acionista um reembolso no montante que for estabelecido pela Sociedade, a seu exclusivo critério, correspondente a tal redução de custo. Em 31 de dezembro de 2014, as vendas com partes relacionadas representaram, aproximadamente 98,76% (98,46% em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 195.951 (R\$ 376.539 em 31 de dezembro de 2013), como resultado, principalmente, das captações de financiamentos para cobertura dos gastos com aberturas de novas minas e projetos voltados para melhoria de processo.

A Administração, baseada no plano de negócios da Sociedade, está convicta de que as operações comerciais que se realizarão nos próximos exercícios serão suficientes para atender aos compromissos de curto prazo. Além disso, a Administração avalia que a capacidade de geração de caixa da Sociedade permite a renovação dos empréstimos de curto prazo ou a troca para linhas de crédito de longo prazo.

A Sociedade gerencia suas relações com o meio ambiente como fator estratégico, tendo como premissa o pleno atendimento à legislação aplicável, bem como as diretrizes e normas internas. Adota rigoroso programa de gestão ambiental como forma de minimizar os impactos gerados pelas diversas atividades realizadas em suas operações, em conformidade com a norma ISO 14001, na qual é certificada, tanto para suas operações industriais quanto para o núcleo urbano de Porto Trombetas, e ainda atua de forma permanente no monitoramento, revegetação, desenvolvimento de mudas e atividades educativas voltadas para seus empregados e para a comunidade.

2. Políticas Contábeis Adotadas
2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis
2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

(CONTINUA)

2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamento na preparação das demonstrações contábeis

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

I) Reconhecimento da receita de vendas

A Administração leva em consideração um critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos, que ocorre quando da transferência de todos os riscos e benefícios referente à propriedade do produto vendido.

II) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor, considerando os valores prováveis de realização, conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração.

III) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de alguns processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 12. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

IV) Provisão para obsolescência de materiais

A Sociedade reconhece como provisão para obsolescência de materiais de almoxarifado todos os itens sem movimentação há mais de 24 meses, salvo itens de garantia operacional ou orientação específica da área.

V) Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.5, a Sociedade revisa anualmente a vida útil estimada, *salvage value* ("valor recuperável") e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada exercício.

VI) Provisão para desmobilização de ativos

A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para provisão para desmobilização de ativos, no período em que elas ocorrerem, conforme a Nota nº 13. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores significativos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como: taxa de juros, inflação, vida útil dos ativos e as datas projetadas de exaustão de cada mina.

A Sociedade utiliza a taxa de 14,04% (9,56% em 31 de dezembro de 2013) para ajustar, a valor presente, a provisão para desmobilização de ativos, sendo utilizada a metodologia do WACC ("Custo Médio da Dívida Ponderada"), considerando 14,5% (11% em 31 de dezembro de 2013) de custo de capital próprio e 6% (7,55% em 31 de dezembro de 2013) de custo de capital de terceiros.

2.1.5. Reapresentação

As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram retrospectivamente reapresentadas para refletir, respectivamente: (a) reclassificação do centro de custo tecnologia da informação, despesas de seguros e amortização de softwares e equipamentos de informática, no valor de R\$ 11.409, que foram reclassificados de "Custo dos produtos vendidos" para "Despesas gerais e administrativas"; e (b) reclassificação de juros pagos, no valor de R\$ 55.415, do "Fluxos de caixa das atividades de financiamento" para os "Fluxos de caixa das atividades operacionais".

3. Principais Práticas Contábeis**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras são de liquidez diária e controladas pela Sociedade para resgate a partir de 30 dias, visando a redução no pagamento de impostos (IOF).

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber pela venda de bauxita e com prazo médio de vencimento de 30 dias. A Sociedade não realiza provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o faturamento é efetuado diretamente aos próprios sócios e não existe experiência de inadimplência ocorrida no passado.

3.3. Estoques

Os estoques estão avaliados ao menor valor entre o custo médio de aquisição ou extração e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos estimados para a conclusão e os custos necessários para realizar a venda.

3.4. Arrendamento mercantil financeiro

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento financeiro é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e no não circulante de acordo com o prazo do contrato. Os itens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados de acordo com a vida útil econômica estimada para cada bem.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo histórico de aquisição ou construção e inclui todos os gastos incorridos durante a sua fase de construção, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção do ativo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 7. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos iniciais de exploração e desenvolvimento de jazidas minerais foram capitalizados, e a exaustão é calculada com base na relação entre o volume produzido e a capacidade estimada das reservas minerais. Os demais custos de exploração, após o início das operações, são reconhecidos nos custos de produção, quando incorridos.

3.6. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo histórico, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.7. Avaliação do valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Tributação sobre a renda Tributou correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, uma vez que exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de desconsiderar itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) foram calculados com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para IRPJ e de 9% para CSLL.

A Sociedade possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda devido, pelo valor equivalente à parcela atribuída pela legislação fiscal às operações nas regiões Norte. O incentivo concede a Sociedade o direito à redução de 75% do Imposto de Renda calculado com base no lucro fiscal da atividade (chamado lucro da exploração) e leva em conta a alocação do lucro operacional pelos níveis da produção incentivada. Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Impostos sobre a renda correntes e diferidos

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido. Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 14.

3.10. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Sociedade estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, no caso da Sociedade, compreendem as aplicações financeiras, saldos a receber de partes relacionadas, contas a receber de clientes e outros ativos circulantes.

Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- a Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso" e: (a) a Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou (b) a Sociedade não transferir, nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Passivos financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, fornecedores e outras obrigações são apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações contábeis. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento de dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

Baixa de passivos financeiros

A Sociedade baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de "hedge"

No exercício de 2014 a Sociedade não possui operações que envolvessem instrumentos financeiros derivativos.

No exercício de 2013 a Sociedade detinha instrumentos derivativos que se destinavam a compensar a variação no seu fluxo de caixa futuro estimado (hedge de fluxo de caixa).

3.11. Participações no resultado

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício por um comitê formado por representantes dos empregados, sindicato e Empresa.

3.12. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que

um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.13. Transações e saldos em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente de sua moeda funcional é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos, quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

3.14. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - "Demonstração do valor adicionado".

3.15. Lucro líquido do exercício por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações no respectivo período.

3.16. Novas normas contábeis

3.16.1 Alterações/novas normas contábeis que entraram em vigor em 2014

As seguintes normas contábeis estão em vigor desde 1 de janeiro de 2014 e não trouxeram efeitos nas demonstrações contábeis da Sociedade:

- Alterações às IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 27/CPC 35 (R2) - Entidades de Investimento;
- IAS 32/CPC 39 - Apresentação de Instrumentos Ativos e Passivos Líquidos;
- Alterações ao IAS 36/CPC 01 (R1) - Divulgação de Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros;
- Alterações à IAS 39 - Novação de Derivativos e Continuidade de Contabilidade de Hedge; e
- IFRIC 21/ICPC 19 - Tributos.

3.16.2 Normas contábeis que entrarão em vigor após 2014

A Sociedade está avaliando os impactos da adoção das normas emitidas pelo IASB em 2014 (ainda sem correspondente no CPC) que entrarão em vigor após o exercício de 2014:

- IFRS 9 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2018) - Instrumentos financeiros (Financial Instruments);
- IFRS 15 (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2017) - Receita de Contratos com Clientes (Revenue from Contracts with Customers);
- IAS 16 e IAS 38 (aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2016) - Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortization - Amendments to IAS 16 and IAS 38); e
- IAS 16 e IAS 41 - Agricultura: Plantas Produtivas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento sem perda do rendimento auferido, realizadas em instituições financeiras de primeira linha, conforme segue:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e bancos | 205 | 1.250 |
| Títulos e valores mobiliários (I) | 6.812 | 4.456 |
| Total | 7.017 | 5.706 |

(I) Títulos e valores mobiliários compostos por certificados de depósito com instituições financeiras descritas a seguir:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Banco do Brasil | 2.789 | - |
| Banco Bradesco | 953 | - |
| Banco Mizuho | 3.070 | 3.735 |
| Banco Votorantim S.A. (Nota nº 17d) | - | 721 |
| Total | 6.812 | 4.456 |

As aplicações possuem rendimentos equivalentes a 100% do CDI, com prazo de vencimento inferior a um ano, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Estoques

| Bauxita | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------|---------------|---------------|
| Minerada | 2.761 | 2.463 |
| Britada | 450 | 1.703 |
| Lavada | 2.740 | 5.979 |
| Úmida | 24.035 | 16.247 |
| Seca | 5.887 | 939 |
| Total | 35.873 | 27.331 |

| | | |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Materiais de consumo e outros | 49.698 | 47.189 |
| Provisão para obsolescência (I) | (6.139) | (6.633) |
| Total | 79.432 | 67.887 |

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

(I) Demonstramos a seguir a movimentação das provisões para obsolescência de materiais:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|----------------------|--------------|--------------|
| Saldo inicial | 6.633 | 5.747 |
| Adições | 139 | 1.204 |
| Reversões e baixas | (633) | (318) |
| Saldo final | 6.139 | 6.633 |

Estoque de bauxita

A variação do estoque de bauxita úmida e seca refere-se ao volume final dos estoques em dezembro, sendo 1.090.194 toneladas em 2014 e 574.891 toneladas em 2013 de bauxita úmida, e 125.953 toneladas em 2014 e 23.923 toneladas em 2013 de bauxita seca, reflexo da recomposição dos níveis mínimos para o compromisso assumido de 18 milhões de toneladas de produção em 2014.

6. Depósitos Judiciais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|----------------|
| Processo de redução de capital | 194.225 | 175.981 |
| Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) | - | 36.144 |
| Outros | 461 | 577 |
| Total | 194.686 | 212.702 |

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

| | 2013 | 2014 | | | Total |
|------------------------------------|----------------|-----------|-----------------|---------------|----------------|
| | | Adição | Baixas | Juros | |
| Redução de capital (I) | 175.981 | - | - | 18.244 | 194.225 |
| CFEM – compensação financeira (II) | 36.144 | - | (36.144) | - | - |
| Outros | 577 | 88 | (219) | 15 | 461 |
| Total | 212.702 | 88 | (36.363) | 18.259 | 194.686 |

(I) Redução de capital

A Sociedade foi autuada pela redução de seu capital social realizada em 22 de julho de 1999. Em 16 de abril de 2003, a Sociedade recebeu a Citação nº 021/2003 da Receita Federal, exigindo o pagamento deste auto de infração. Objetivando suspender a

exigibilidade do crédito tributário, a Sociedade depositou judicialmente o montante de R\$ 316.011 em maio de 2003, para dar prosseguimento a esta causa na esfera judiciária.

Em 27 de maio de 2009 foi publicada a Lei nº 11.941/2009, instituindo benefícios para pagamento e parcelamento de débitos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em 30 de novembro de 2009 a Sociedade optou por descontinuar o processo judicial e protocolou junto à Receita Federal de Santarém (PA), a adesão ao programa, constituindo em sua contabilidade a provisão para liquidação do processo.

Em 30 de dezembro de 2010, devido a novos entendimentos por parte da Receita Federal do valor devido, a Sociedade complementou a provisão em R\$ 74.139.

Em 18 de julho de 2011 o juiz da 22ª Vara Federal decidiu pela emissão de alvará de levantamento de depósito em favor da MRN no valor de R\$ 277.622 e em conversão em renda para União no valor de R\$ 221.903.

A Sociedade recebeu em 25 de janeiro de 2012 o valor de R\$ 7.453, referente à remuneração da parte incontroversa do processo redução de capital, e R\$ 7.962 foi resgatado pela Receita Federal e baixado contra a provisão, permanecendo em depósito judicial o valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$ 194.225 (R\$ 175.981 em 31 de dezembro de 2013), para o qual a Sociedade mantém provisão para perdas em valor equivalente (Nota nº 12). A liberação deste valor depende do julgamento a ocorrer do agravo interposto pela Sociedade quanto à correta aplicação dos benefícios da Lei nº 11.941/2009.

(II) CFEM – compensação financeira

Os valores referentes à CFEM vinham sendo depositados judicialmente pela Sociedade, nos autos da Ação Ordinária, Processo nº 401-45.2012.4.01.3902, em razão da exploração do Platô Bela Cruz, para o qual a Sociedade mantinha um passivo correspondente registrado como impostos a recolher em valor equivalente (Nota nº 11). Havia indefinição, em campo, dos limites entre os Municípios de Terra Santa e Oriximiná, o que impossibilitava a expedição correta da guia de depósito via site do DNPM. Em março de 2014 foi homologado o acordo no processo e os valores liberados para os entes públicos, sendo revertido os saldos.

7. Imobilizado

| | Instalações industriais e gerais | Prédios e instalações | Máquinas e equipamentos | Ferrovias | Desmobilização de ativos | Jazidas | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em andamento (I) | Total |
|----------------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|--------------------------|----------------|---------------------|---------------|------------------------------|------------------|
| Taxa depreciação/ exaustão | 3% a 10% | 3% a 4% | 8% a 15% | 2% a 3% | 3% a 15% | 11% a 13% | 10% a 20% | 20% a 30% | - | - |
| Saldo em 31/12/2013 | | | | | | | | | | |
| Custo | 1.332.896 | 356.899 | 525.508 | 120.505 | 395.601 | 136.366 | 34.725 | 226.960 | 208.989 | 3.338.449 |
| Depreciação/ exaustão | (696.903) | (195.251) | (440.680) | (111.857) | (25.132) | (31.134) | (26.017) | (157.006) | - | (1.683.980) |
| Líquido | 635.993 | 161.648 | 84.828 | 8.648 | 370.469 | 105.232 | 8.708 | 69.954 | 208.989 | 1.654.469 |
| Saldo em 31/12/2014 | | | | | | | | | | |
| Custo | 1.356.521 | 454.094 | 529.899 | 119.970 | 166.948 | 159.781 | 34.438 | 246.404 | 79.518 | 3.147.573 |
| Depreciação/ exaustão | (705.672) | (205.563) | (445.037) | (112.354) | - | (39.303) | (26.905) | (158.145) | - | (1.692.979) |
| Líquido | 650.849 | 248.531 | 84.862 | 7.616 | 166.948 | 120.478 | 7.533 | 88.259 | 79.518 | 1.454.594 |

Custo

| | Instalações industriais e gerais | Prédios e instalações | Máquinas e equipamentos | Ferrovias | Desmobilização de ativos | Jazidas | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em andamento (I) | Total |
|----------------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------|--------------------------|----------------|---------------------|----------------|------------------------------|------------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 1.332.896 | 356.899 | 525.508 | 120.505 | 395.601 | 136.366 | 34.725 | 226.960 | 208.989 | 3.338.449 |
| Adições | - | - | - | - | - | - | - | - | 112.671 | 112.671 |
| Baixas | (32.805) | (125) | (8.259) | (535) | (228.653) | - | (1.310) | (31.103) | - | (302.790) |
| Transferências | 56.430 | 97.320 | 12.650 | - | - | 23.415 | 1.023 | 50.547 | (242.142) | (757) |
| Saldo em 31/12/2014 | 1.356.521 | 454.094 | 529.899 | 119.970 | 166.948 | 159.781 | 34.438 | 246.404 | 79.518 | 3.147.573 |

Depreciação/ exaustão

| | Instalações industriais e gerais | Prédios e instalações | Máquinas e equipamentos | Ferrovias | Desmobilização de ativos | Jazidas | Móveis e utensílios | Veículos | Imobilizado em andamento (I) | Total |
|----------------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------|--------------------------|---------------|---------------------|----------------|------------------------------|------------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 696.903 | 195.251 | 440.680 | 111.857 | 25.132 | 31.134 | 26.017 | 157.006 | - | 1.683.980 |
| Adição | 41.244 | 10.437 | 12.520 | 999 | 14.199 | 8.169 | 2.132 | 31.463 | - | 121.163 |
| Baixa | (32.475) | (125) | (8.163) | (502) | (39.331) | - | (1.244) | (30.324) | - | (112.164) |
| Transferência | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31/12/2014 | 705.672 | 205.563 | 445.037 | 112.354 | - | 39.303 | 26.905 | 158.145 | - | 1.692.979 |

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)

O saldo de imobilizações em curso refere-se às obras e equipamentos, relativos às operações da Sociedade, em fase final de construção ou montagem.

(I) O ativo imobilizado em curso está assim representado pelos principais projetos:

| Projetos | 2014 | 2013 |
|--|---------------|----------------|
| Linha de transmissão | 13.982 | 12.627 |
| Construção do reservatório de rejeitos | 8.237 | 14.211 |
| Platô Monte Branco | 7.350 | 40.233 |
| Licenciamento Zona Oeste | 6.846 | 2.666 |
| Substituição correias transportadoras | 5.313 | - |
| Reforma alojamentos Mina Saracá | 4.727 | - |
| Abertura da Mina Teófilo/ Cipó | 4.519 | 3.481 |
| Restabelecimento da ferrovia | 4.087 | 13.179 |
| Equipamentos Usina de Geração | 3.805 | - |
| Pesquisa geológica Platôs | 3.658 | 6.941 |
| Licenciamento Greig e Aramã | 2.641 | 2.357 |
| Drenagem de Minas | 1.454 | 2.622 |
| Migração sistemas | 977 | - |
| Equipamentos de mineração | 843 | - |
| Reforma britador Aviso | 736 | - |
| Substituição lavadores rotativos e componentes | 608 | 1.321 |
| Mudança no peneiramento | 480 | 90.838 |
| Licenciamento Cruz Alta | - | 2.046 |
| Licenciamento Zona Leste | - | 1.613 |
| Juros e correção monetária capitalizados | 937 | 3.517 |
| Outros projetos | 8.318 | 11.337 |
| Total | 79.518 | 208.989 |

Na rubrica de imobilizado em andamento, são registrados ao custo histórico de aquisição ou construção, os juros, e correções monetárias, capitalizados durante o período de exploração das jazidas, nos valores de R\$ 5.952 em 2014 (R\$ 10.249 em 31 de dezembro de 2013), totalizados em R\$ 937, na data de encerramento das demonstrações contábeis.

8. Intangível

| | Taxas de amortização (%) | 2014 | | | 2013 | | |
|----------------------------|--------------------------|---------------|-----------------------|--------------|---------------|-----------------------|--------------|
| | | Custo | Amortização acumulada | Líquido | Custo | Amortização acumulada | Líquido |
| Softwares | 20% | 26.026 | (23.210) | 2.816 | 29.598 | (26.258) | 3.340 |
| Total do intangível | - | 26.026 | (23.210) | 2.816 | 29.598 | (26.258) | 3.340 |

| Custo de software | | Amortização | |
|----------------------------|---------------|----------------------------|---------------|
| Saldo em 31/12/2013 | 29.598 | Saldo em 31/12/2013 | 26.258 |
| Adições | 755 | Adição | 1.237 |
| Baixas | (4.327) | Baixa | (4.285) |
| Saldo em 31/12/2014 | 26.026 | Saldo em 31/12/2014 | 23.210 |

9. Tributos a Compensar

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--------------|---------------|---------------|
| ICMS | 16.107 | 17.220 |
| PIS | 6.770 | 6.660 |
| COFINS | 31.192 | 30.682 |
| IRPJ | 11.395 | - |
| Total | 65.464 | 54.562 |

Circulante 40.704 7.829

Não circulante 24.760 46.733

Os valores a compensar referem-se aos tributos pagos na aquisição dos bens ligados diretamente ao processo produtivo e que poderão ser utilizados para parâmetros de débitos tributários da mesma natureza, dentro do prazo previsto pela legislação. A variação do saldo em 2014 está relacionada à incorporação do projeto Peneiramento e homologação do benefício SUDAM de redução do imposto de renda (Nota 14).

10. Empréstimos e Financiamentos

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Moeda estrangeira | 594.772 | 494.401 |
| Moeda nacional | 179.662 | 190.058 |
| Total | 774.434 | 684.459 |
| Total circulante | 313.008 | 373.579 |
| Total não circulante | 461.426 | 310.880 |

Os valores em moeda estrangeira correspondem a dólares norte-americanos captados para aquisição de máquinas e equipamentos, e os adiantamentos sobre contratos de câmbio para exportações futuras.

Os referidos financiamentos estão resumidos, conforme segue:

| Instituição | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Data de captação | Vencimento | Encargos |
|--------------|----------------|----------------|------------------|------------|------------------|
| Brasil | 149.141 | 87.781 | 06/2014 | 08/2015 | LIBOR + 0,55% |
| Bradesco | 31.170 | 140.278 | 05/2014 | 07/2015 | LIBOR + 0,55% |
| Finem | 68.649 | 78.579 | 03/2010 | 01/2017 | UMBNDDES + 0,60% |
| Mizuho | 345.812 | 187.763 | 08/2014 | 08/2018 | LIBOR + 1,25% |
| Total | 594.772 | 494.401 | | | |

Os valores em moeda nacional são compostos, conforme segue:

| Instituição | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Data de captação | Vencimento | Encargos |
|--------------|----------------|----------------|------------------|--------------|-------------|
| FINAME | 23.400 | 12.906 | 08/2009 | 07/2019 | 5,84% |
| Finem | 150.885 | 171.618 | 03/2010 | 07/2019 | 7,23% |
| Itaú leasing | - | 2.412 | 02 a 12/2011 | 02 a 12/2014 | CDI + 2,33% |
| Itaú leasing | 2.231 | 3.122 | 03 a 11/2013 | 03 a 11/2016 | CDI + 1,77% |
| Itaú leasing | 3.146 | - | 12/2014 | 12/2017 | CDI + 2,66% |
| Total | 179.662 | 190.058 | | | |

FINEM

Esse financiamento foi contratado junto ao BNDES, com o agente financeiro do Banco Itaú BBA, com o objetivo de apoiar as atividades de abertura das minas Bacaba, Bela Cruz, Monte Branco e projeto Peneiramento.

Garantias

Os financiamentos da FINAME e FINEM estão garantidos pelas máquinas e equipamentos financiados. Os demais financiamentos internos e externos não possuem garantias reais. Os adiantamentos de contrato de câmbio estão garantidos pelos recebíveis das exportações. Adicionalmente, os contratos externos preveem que, na ocorrência de alterações nas leis do País da Sociedade que possam tornar qualquer parte do acordo de financiamento como inválido ou ilegal, o saldo devedor será considerado como vencido, devendo a Sociedade liquidá-lo dentro de 10 dias da ocorrência das alterações na legislação local.

Mizuho

Em 29/08/2014 a Sociedade renegociou o contrato de US\$ 60 milhões. O novo contrato de empréstimo junto ao Mizuho, no valor de US\$ 130 milhões, retirou as cláusulas restritivas de atingimento de indicadores financeiros ("covenants"). Outra finalidade foi à substituição dos compromissos de curto prazo e alongamento da dívida.

Itaú Leasing

Os contratos de arrendamentos de leasing estão compostos da seguinte forma:

| Número dos contratos | 31/12/2014 | 31/12/2013 | Vencimentos | Encargos e atualizações |
|----------------------|--------------|--------------|-------------|-------------------------|
| 4577047 | 15 | 24 | 14/03/16 | 1,77% a.a. + CDI |
| 4578940 | 867 | 1.202 | 08/10/16 | 1,77% a.a. + CDI |
| 4580594 | 1.023 | 1.446 | 17/09/16 | 1,77% a.a. + CDI |
| 4580595 | 186 | 259 | 02/10/16 | 1,77% a.a. + CDI |
| 4580679 | 140 | 191 | 06/11/16 | 1,77% a.a. + CDI |
| 52210108 | 3.146 | - | 01/12/17 | 2,66% a.a. + CDI |
| 4569517 | - | 328 | 02/02/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| 4569518 | - | 184 | 15/02/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| 4569519 | - | 141 | 25/04/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| 4569554 | - | 160 | 02/02/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| 4569555 | - | 1.410 | 02/12/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| 4569857 | - | 189 | 12/04/14 | 2,33% a.a. + CDI |
| Total | 5.377 | 5.534 | | |

Os pagamentos mínimos futuros do arrendamento mercantil financeiro, o valor presente destes pagamentos, bem como o saldo residual do ativo, imobilizado e intangível, adquiridos por meio de arrendamento estão apresentados conforme tabela abaixo:

| Descrição | Financiamentos em 31/12/2014 | | Ativo imobilizado | |
|--------------|------------------------------|---|------------------------|------------------------|
| | Pagamentos mínimos futuros | Valor presente dos pagamentos mínimos futuros | Valor residual em 2014 | Valor residual em 2013 |
| Veículos | 5.440 | 5.377 | 10.895 | 10.877 |
| Total | 5.440 | 5.377 | 10.895 | 10.877 |

A depreciação dos ativos arrendados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.777 (R\$ 2.163 em 31 de dezembro de 2013) e os encargos financeiros registrados no resultado do exercício é de R\$ 459 (R\$ 680 em 31 de dezembro de 2013).

A parcela registrada no longo prazo em 2013 dos financiamentos terá os seguintes vencimentos:

| | FINEM moeda estrangeira | Banco Mizuho | FINAME | FINEM moeda nacional | Banco Itaú Leasing | Total |
|--------------|-------------------------|----------------|---------------|----------------------|--------------------|----------------|
| 2016 | 32.850 | 115.102 | 4.159 | 25.529 | 827 | 178.467 |
| 2017 | 2.738 | 115.102 | 4.159 | 25.529 | 2.097 | 149.625 |
| 2018 | - | 86.327 | 4.159 | 25.529 | - | 116.015 |
| 2019 | - | - | 2.427 | 14.892 | - | 17.319 |
| Total | 35.588 | 316.531 | 14.904 | 91.479 | 2.924 | 461.426 |

(CONTINUA)

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
11. Impostos a Recolher

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| CFEM – compensação financeira a recolher | 5.880 | 41.672 |
| ICMS a recolher | 1.795 | 1.571 |
| TFRM – taxa de fiscalização de recursos minerais a recolher | 2.519 | 2.257 |
| Outros impostos a recolher | 2.438 | 3.180 |
| Total | 12.632 | 48.680 |
| Circulante | 12.632 | 12.536 |
| Não circulante (I) | - | 36.144 |

(I) Valores da compensação financeira – CFEM, referente à exploração do Platô Bela Cruz (detalhes na Nota nº 6 II).

12. Provisão para Contingências

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| Redução de capital | 194.225 | 175.981 |
| CFEM | 48.437 | 44.251 |
| Indenizações trabalhistas | 147 | 218 |
| Honorários advocatícios | 2.438 | 2.371 |
| Outras provisões para contingências | 5.233 | 4.547 |
| Total | 250.480 | 227.368 |

| Resumo | 2014 | | | | | | Total |
|--------------|----------------|--------------|----------|--------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2013 | Adições | Reversão | Utilizações | Atualizações | Subtotal | |
| Cíveis | 2.371 | - | - | - | 67 | 67 | 2.438 |
| Fiscal | 224.779 | 2.328 | - | - | 20.788 | 23.116 | 247.895 |
| Trabalhistas | 218 | 147 | - | (218) | - | (71) | 147 |
| Total | 227.368 | 2.475 | - | (218) | 20.855 | 23.112 | 250.480 |

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

Provisões para contingências constituídas pela Sociedade:

Cíveis

Envolvem registros de honorários advocatícios para todas as causas com probabilidade de perda que não forem prováveis.

Fiscais

A Sociedade mantém em disputa judicial a parte controversa da aplicação dos benefícios fiscais da Lei nº 11.941/2009 sobre seu processo de redução de capital, estando estes valores provisionados. Detalhes sobre esse processo podem ser vistos na Nota nº 6.

Existem também a título de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) valores que são questionados pelo DNPM sobre a alegação de que a Sociedade deduziu gastos indevidos na sua base de cálculo.

Trabalhistas

Existem atualmente apenas quatro processos trabalhistas, cujas chances de perda são classificadas como prováveis, e seus impactos estão provisionados no montante de R\$ 147.

Contingências possíveis

As contingências, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, classificadas como perda possível e, portanto, não registradas nas demonstrações contábeis, estão apresentadas como segue:

| | 2014 | 2013 |
|----------------|---------------|---------------|
| Civil | 9.430 | 4.825 |
| Trabalhista | 2.067 | 2.154 |
| Tributária (I) | 14.434 | 13.978 |
| Total | 25.931 | 20.957 |

(I) Tributária

Autuação da SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda do Pará) referente à utilização de créditos de ICMS descontados sobre as notas fiscais de entrada de mercadorias destinadas ao processo produtivo e classificadas como insumos, sendo no entendimento da SEFA destinado para uso e consumo.

Destacamos que a perspectiva de liquidação do saldo do passivo circulante prevalece idêntica para os respectivos exercícios de 2014 e de 2013.

13. Provisão para Desmobilização de Ativos

As obrigações da Sociedade com provisão para desmobilização de ativos estão relacionadas com a obrigação de restaurar a floresta durante o processo de exploração do minério de bauxita, bem como de remover as instalações para as quais não se prevê uso, quando do término das operações. O trabalho de revisão dos gastos futuros com estas obrigações é realizado a cada 2 anos. No exercício de 2014 o plano foi revisado, e como resultado dos trabalhos de revisão das premissas (quantitativos, preços, taxa de desconto, inclusão das novas áreas etc.), a Sociedade reverteu do imobilizado o valor presente de R\$ 189.322, reduzindo o saldo da provisão para desmobilização de ativos. O montante da provisão está classificado no passivo circulante e não circulante com base na estimativa de realização dos desembolsos para liquidação desta obrigação. A redução do saldo da provisão está principalmente relacionada à revisão da taxa de desconto, 9,56% em 2013 para 14,04% em 2014.

Durante o exercício de 2014 a Sociedade efetuou gastos com a desmobilização da Mina do Almeidas, movimentação de Terra Vegetal e reflorestamento de 267 ha e 256 ha e respectivamente, todas alinhadas com as estimativas de desembolsos previstas na provisão.

A provisão para desmobilização de ativos apresentou a seguinte evolução:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | 431.617 | 420.202 |
| Movimentações | | |
| Revisão do plano | (189.322) | - |
| Atualização monetária | 41.263 | 40.349 |
| Pagamentos | (39.988) | (28.934) |
| Saldo final | 243.570 | 431.617 |
| Circulante | 29.611 | 35.689 |
| Não circulante | 213.959 | 395.928 |

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade vem usufruindo de redução do imposto de renda (IRPJ) sobre a parcela dos lucros provenientes das operações de exploração, com base em limites variáveis de produção. No exercício de 2014 o benefício foi renovado pelo período de 10 anos (2014 a 2024), na modalidade da "Modernização total", com direito a redução de 75% do Imposto de Renda.

Em 31/12/2014 e de 2013, o imposto de renda e a contribuição social apurados foram:

| | 2014 | | | 2013 | | |
|--|----------|---------|----------|---------|---------|-------|
| | IRPJ | CSLL | Total | IRPJ | CSLL | Total |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (%) | 64.499 | 64.499 | - | 80.566 | 80.566 | - |
| Despesa de imposto de renda e da contribuição social | (16.125) | (5.805) | (20.142) | (7.251) | (7.251) | - |

Itens de reconciliação dos impostos

| | | | | | | |
|---|----------|---------|----------|----------|---------|----------|
| Isenção de imposto de renda | 11.961 | - | - | 489 | - | - |
| Doações/ PAT | 1.226 | - | - | 1.359 | - | - |
| Reversão do imposto de renda diferido | (12.085) | - | - | - | - | - |
| Outras adições/exclusões permanentes | (757) | (272) | - | (1.040) | (383) | - |
| Despesa registrada na demonstração do resultado | (15.780) | (6.077) | (21.857) | (19.334) | (7.634) | (26.968) |
| Corrente | (10.472) | (8.517) | (18.989) | (24.743) | (9.581) | (34.324) |
| Diferido | (5.308) | 2.440 | (2.868) | 5.409 | 1.947 | 7.356 |

Os valores de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) diferidos passivos, registrados nas demonstrações contábeis são provenientes de diferenças temporárias sobre a atualização monetária dos depósitos judiciais (Nota nº 6) a serem recolhidas quando finalizadas as ações em curso e aos valores referentes às provisões para contingências adicionadas no cálculo do imposto.

Os valores apresentados no balanço patrimonial são demonstrados a seguir:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|---------------|---------------|
| Impostos diferidos ativos | | |
| Provisões cíveis | 486 | 806 |
| Provisões trabalhistas | 29 | 74 |
| Provisões tributárias | 46.009 | 73.470 |
| Provisões operacionais | 23.426 | 24.677 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferido | 69.950 | 99.027 |
| Impostos diferidos passivos | | |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas | 27 | 44 |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais tributários | 39.657 | 65.849 |
| Total do imposto de renda e contribuição social diferido | 39.684 | 65.893 |

A movimentação do ano é composta, conforme segue:

| Impostos diferidos ativos | 2014 | | | | |
|---------------------------|---------------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | 2013 | Adição | Reversão | Utilização | Total |
| Provisões cíveis | 806 | 23 | (343) | - | 486 |
| Provisões trabalhistas | 74 | 146 | (21) | (170) | 29 |
| Provisões tributárias | 73.470 | 10.288 | (34.610) | (3.139) | 46.009 |
| Provisões operacionais | 24.677 | 14.078 | (7.269) | (8.060) | 23.426 |
| Total | 99.027 | 24.535 | (42.243) | (11.369) | 69.950 |

Impostos diferidos passivos

| Impostos diferidos passivos | 2014 | | | | |
|--|---------------|--------------|-----------------|----------------|---------------|
| | 2013 | Adição | Reversão | Utilização | Total |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas | 44 | 3 | (18) | (2) | 27 |
| Atualização monetária dos depósitos judiciais tributários | 65.849 | 7.087 | (30.140) | (3.139) | 39.657 |
| Total | 65.893 | 7.090 | (30.158) | (3.141) | 39.684 |

(CONTINUA)

Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

A Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) e trouxe outras providências, dentre as quais se destacam: (I) alterações na legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e à COFINS com o objetivo de alinhar a contabilidade fiscal à societária; (II) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (III) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas nessa legislação têm vigência a partir de 2015, salvo na hipótese de opção pela sua adoção antecipada a partir de 2014. A Administração da Sociedade optou pela sua adoção antecipada.

15. Patrimônio Líquido**a) Capital**

Em 31 de dezembro de 2014 o capital autorizado da Sociedade era de R\$ 503.474 (R\$ 502.283 em 2013). O capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 489.675 (R\$ 488.484 em 2013), está representado por 200.000.000.000 de ações ordinárias e 400.000.000.000 de ações preferenciais, sem valor nominal, assim distribuídas:

| | 2014 | | | |
|----------------------------------|----------------------|-----------------|-------------------------|-----------------|
| | Ações ordinárias (*) | % | Ações preferenciais (*) | % |
| Vale S.A. | 80.000 | 40,0000 | 160.000 | 40,0000 |
| Alcan Alumina Ltda. | 25.000 | 12,5000 | 47.000 | 11,7500 |
| BHP Billiton Metais S.A. | 25.000 | 12,5000 | 63.800 | 15,9500 |
| Companhia Brasileira de Alumínio | 25.000 | 12,5000 | 35.000 | 8,7500 |
| Alcoa Alumínio S.A. | 16.250 | 8,1250 | 35.230 | 8,8075 |
| Alcoa World Alumina LLC | 10.000 | 5,0000 | 20.000 | 5,0000 |
| Norsk Hydro Brasil Ltda. | 10.000 | 5,0000 | 20.000 | 5,0000 |
| Alcoa World Alumina Brasil Ltda. | 8.750 | 4,3750 | 18.970 | 4,7425 |
| | 200.000 | 100,0000 | 400.000 | 100,0000 |

(*) Milhões de ações.

O acionista que detiver um mínimo de 5% das ações ordinárias tem direito a indicar um membro no Conselho de Administração, e cada ação ordinária dá direito a um voto nas decisões tomadas pela Assembleia Geral dos Acionistas.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é composta pelo valor de R\$ 6.829, referente a incentivos fiscais FINAM.

c) Reserva de lucro**C.1) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Sociedade vem constituindo a reserva legal seguindo as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2014 a Sociedade destinou o valor de R\$ 238 (0,56% do lucro) para reserva legal já que o saldo desta reserva atingiu o limite de 20% do capital social:

| | 2014 | 2013 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | 97.697 | 97.697 |
| Movimentação | 238 | - |
| Saldo no final do exercício | 97.935 | 97.697 |

C.2) Reserva de incentivos fiscais

A Sociedade destinou para conta de "Reserva de incentivo fiscal" o valor de R\$ 11.962 (R\$ 489 em 31 de dezembro de 2013) apurados sobre lucro da exploração do cálculo do IRPJ pela sistemática do lucro real. O valor destinado para essa reserva não foi incluído na base de cálculo do dividendo anual mínimo.

C.3) Destinação do lucro

A proposta de destinação do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------|------------|
| Resultado líquido do exercício | 42.642 | 53.598 |
| Constituição da reserva legal | (238) | - |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | (11.962) | (489) |
| Constituição da reserva de retenção de lucros | - | (14.241) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 30.442 | 38.868 |

d) Dividendos

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo obrigatório, a cada exercício social, de 6% calculado sobre o patrimônio líquido ajustado, nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/1976. A diretoria executiva, após a constituição das reservas obrigatórias, está destinando para rubrica no passivo de dividendos a pagar o montante de R\$ 30.442 (R\$ 38.868 em 2013).

16. Receita

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|------------------|------------------|
| Receita bruta de vendas | | |
| Receita bruta - partes relacionadas (Nota nº 17) | 1.098.361 | 1.048.584 |
| Receita bruta - terceiros | 13.804 | 16.097 |
| Resultado instrumentos derivativos vendas MI | - | (8.605) |
| | 1.112.165 | 1.056.076 |
| Deduções da receita bruta | | |
| Impostos incidentes sobre a venda | (117.618) | (109.832) |
| Receita operacional líquida | 994.547 | 946.244 |

17. Transações com Partes Relacionadas**a) Vendas de minério**

| Receita bruta | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------------|------------------|
| Alcan Alumina Ltda. | 155.335 | 128.531 |
| Rio Tinto Alcan Inc. | 78.127 | 89.811 |
| Alcoa Alumínio S.A. | 12.647 | 4.613 |
| Alcoa World Alumina Ltda. | 7.530 | - |
| Alcoa World Alumina LLC - A.W.A. | 143.876 | 139.331 |
| Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. | 295.583 | 273.911 |
| BHP Billiton Metais S.A. | 107.887 | 134.211 |
| BHP BMAG | 81.097 | 49.390 |
| Vale International | - | 839 |
| Norsk Hydro Brasil | 6.597 | 5.897 |
| Hydro Aluminium | 209.682 | 222.050 |
| Total da receita bruta com partes relacionadas (Nota 16) | 1.098.361 | 1.048.584 |

Mercado interno 585.579 547.163

Mercado externo 512.782 501.421

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em 31 de dezembro de 2014, as vendas com partes relacionadas representaram 98,76% do total das vendas.

b) Contas a receber

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|----------------|---------------|
| Alcan Alumina Ltda. | 16.088 | 10.709 |
| Rio Tinto Alcan Inc. | 12.101 | 2.294 |
| Alcoa Alumínio S.A. | 2.228 | - |
| Alcoa World Alumina Ltda. | 3.540 | - |
| Alcoa World Alumina LLC - A.W.A. | 16.712 | 13.136 |
| Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. | 35.729 | 25.412 |
| BHP Billiton Metais S.A. | 2.658 | 4.587 |
| BHP Billiton Marketing AG | 4.458 | 4.792 |
| Norsk Hydro Brasil | 2.881 | 33 |
| Hydro Aluminium | 35.799 | 29.592 |
| Total de contas a receber de partes relacionadas | 132.194 | 90.555 |

Mercado interno 63.124 40.741

Mercado externo 69.070 49.814

Esses saldos são resultantes de transações comerciais e vêm sendo liquidados regularmente nos prazos de vencimento em valor atualizado pela variação cambial.

c) Despesas com administradores

Esses montantes correspondem basicamente à remuneração da diretoria e dos respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

Durante o exercício de 2014, a Sociedade registrou como despesas com seus administradores um total de R\$ 1.831 (R\$ 2.241 em 31 de dezembro de 2013).

d) Caixa e equivalentes de caixa - com partes relacionadas

Esses valores correspondem basicamente às aplicações financeiras de liquidações inferiores a 360 dias, e com taxas e remunerações a valores de mercado, junto ao Banco Votorantim, parte relacionada do Grupo Companhia Brasileira de Alumínio (CBA):

| Modalidade | Remuneração | Vencimentos das aplicações de 2013 | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|-----------------------|----------------|------------------------------------|------------|------------|
| Aplicações Debentures | 100,05% do CDI | 20/10/2014 | - | 721 |
| Total | | | - | 721 |

18. Custo dos Produtos Vendidos (por natureza)

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|---|------------------|------------------|
| | | (reapresentado) |
| Serviços | (169.903) | (172.426) |
| Pessoal | (126.343) | (123.435) |
| Combustível | (204.111) | (159.657) |
| Materiais | (89.616) | (93.440) |
| Depreciações e amortizações | (120.464) | (124.392) |
| Taxa de Fiscalização dos Recursos Minerários - TFRM | (22.478) | (21.202) |
| Outros | (12.315) | (5.774) |
| Total | (745.230) | (700.326) |

19. Despesas Gerais e Administrativas (por natureza)

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-----------------|-----------------|
| | | (reapresentado) |
| Despesas administrativas com pessoal | (13.032) | (12.844) |
| Despesas administrativas com serviços | (15.714) | (18.050) |
| Despesas administrativas com materiais | (241) | (183) |
| Depreciações e amortizações | (1.936) | (2.678) |
| Outros | (280) | (287) |
| Total | (31.203) | (34.042) |

(CONTINUAÇÃO)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de reais)
20. Outras Receitas/ (despesas) Operacionais

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-----------------|-----------------|
| Reversão de provisões constituídas | 24 | 219 |
| Constituição de provisões | (6.595) | (8.823) |
| Despesa tributos | (3.397) | (3.178) |
| Resultado líquido de ativo imobilizado baixado | 119 | (90) |
| Doações | (540) | (823) |
| Despesas LOMP (I) | (7.872) | (2.076) |
| Despesas com seguro | (117) | (1.372) |
| Outras despesas | (4.285) | (3.883) |
| Total | (22.663) | (20.026) |

(I) Despesas com LOMP – Life of Mine Plan

Extensão da vida útil da mina – referem-se aos gastos relacionados com estudos preliminares para definição do modal mais eficiente para transportar o minério localizado nos Platôs da Zona Oeste, com distância média de 40 km da atual planta de beneficiamento.

21. Resultado Financeiro

| | 31/12/2014 | 31/12/2013 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Aplicações financeiras | 788 | 490 |
| Depósitos judiciais | 18.259 | 19.393 |
| Outros | 92 | 54 |
| Total | 19.139 | 19.937 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros de empréstimos | (21.048) | (13.698) |
| Atualização monetária desmobilização de ativos (I) | (41.263) | (40.349) |
| Atualização monetária contingências | (20.855) | (15.740) |
| Atualização monetária impostos a recolher CFEM | - | (5.680) |
| Outros | (2.656) | (1.824) |
| Total | (85.822) | (77.291) |
| Variações cambiais | | |
| Ativas | 4.986 | 7.192 |
| Passivas | (69.255) | (61.122) |
| Total | (64.269) | (53.930) |

(I) Valores referentes à atualização monetária da provisão para desmobilização de ativos (detalhes na Nota nº 13).

22. Instrumentos Financeiros

A Sociedade contratou em maio de 2012 instrumentos derivativos de hedge com o objetivo de proteção para 80% da expectativa de fluxo de caixa em reais com suas vendas do mercado interno denominadas em USD em caso de eventual variação significativa da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

As contrapartes destes instrumentos financeiros derivativos são instituições financeiras localizadas no Brasil.

Durante o exercício de 2013, a Sociedade apurou uma perda nas operações de hedge no montante de R\$ 8.605. A perda, que está inclusa em receita bruta de vendas, é referente à parte da variação do valor justo dos instrumentos derivativos excluídos da avaliação da eficácia da cobertura.

Não houve novas contratações de instrumentos derivativos de hedge no exercício de 2014.

23. Gestão de Riscos
a) Gestão de risco financeiro
Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Sociedade, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Sociedade contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a.1) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

I) Risco cambial

Em virtude de contas a receber e das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, é conduzida uma política de proteção cambial, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco. Consideram-se os valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da Sociedade, bem como fluxos de caixa futuros.

II) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Sociedade tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado e pela Libor, conforme contratos firmados com as instituições financeiras.

III) Análise de sensibilidade

Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, a Sociedade desenvolveu uma análise de sensibilidade com mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ ou nos fluxos de caixa futuros da Sociedade, conforme descrito a seguir:

- **cenário-base:** manutenção dos níveis de risco principal do instrumento financeiro observados em 31 de dezembro de 2014;
- **cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014;
- **cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

Premissas

A Sociedade entende que está exposta, principalmente, aos riscos de variação da LIBOR, da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LME (London Metal Exchange) e da variação do câmbio do dólar norte-americano, os quais impactam sobre parte substancial dos empréstimos, financiamentos e faturamento.

Nesse sentido, na tabela a seguir estão demonstradas as taxas utilizadas nos cálculos de análise de sensibilidade:

| Premissas | Cenário-base | Cenário adverso | Cenário remoto |
|---|--------------|-----------------|----------------|
| Elevação da LIBOR | 0,24% | 0,29% | 0,35% |
| Elevação da TJLP | 5,50% | 6,88% | 8,25% |
| Queda LME | 1.929,62 | 1.447,22 | 964,81 |
| Valorização do real diante do dólar norte-americano | 2,6562 | 1,9922 | 1,3281 |

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

| Operação | Risco | Cenários | | |
|--|----------------|----------|----------|-----------|
| | | Base | Adverso | Remoto |
| Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da LIBOR | Alta da LIBOR | (4.175) | (4.340) | (4.506) |
| Juros sobre empréstimos sujeitos à variação da TJLP | Alta da TJLP | (7.115) | (8.190) | (9.266) |
| Exposição líquida ao LME | Queda LME | 1.893 | (52.146) | (106.165) |
| Exposição líquida ao dólar | Queda do dólar | 35.285 | (78.347) | (191.980) |

Na tabela anterior estão demonstrados os efeitos (líquido dos impostos) dos juros e da variação dos indexadores até o encerramento do próximo exercício.

a.2) Risco de crédito

A Sociedade está sujeita a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

a.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidade de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Sociedade, a Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Tabela do risco de liquidez

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| Fornecedores | 53.597 | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 313.008 | 178.467 | 149.625 | 116.015 | 17.319 |
| Total | 366.605 | 178.467 | 149.625 | 116.015 | 17.319 |

b) Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

Apresentamos a seguir quadro demonstrando a posição financeira líquida, em 31 de dezembro de 2014:

| | R\$ |
|---------------------------------------|------------------|
| Ativos financeiros | 7.017 |
| (-) Passivos financeiros | (774.434) |
| (=) Posição financeira líquida | (767.417) |

A Sociedade mantém controle sobre o nível de endividamento e sua posição em 31 de dezembro de 2014 encontra-se dentro dos níveis máximos permitidos pela Sociedade.

(CONTINUA)

c) Exposição cambial

Apresentamos a seguir, a exposição cambial, em 31 de dezembro de 2014:

| | R\$ |
|--|------------------|
| Ativos expostos à variação cambial | 136.645 |
| (-) passivos expostos à variação cambial | (594.772) |
| (=) Exposição cambial líquida | (458.127) |

A exposição cambial é proveniente da oscilação das taxas de câmbio sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e contas a receber de clientes, atrelados à moeda estrangeira.

Os passivos expostos são decorrentes de empréstimos e possuem longo prazo de amortização, e seu pagamento estão garantidos pela geração de caixa da Sociedade nos próximos anos.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2014, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como "não circulantes".

Estima-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores, registrados pelos valores contábeis, estejam próximos de seus valores justos de mercado, dado o curto prazo das operações realizadas.

24. Cobertura de Seguros

| Ramos | Data de vencimento | Cobertura |
|--|--------------------|---|
| Riscos nomeados | | |
| Riscos operacionais (danos materiais e perda de produção) | 31/10/2015 | VR ¹ : 3.787.192 LMI ² : 348.000 |
| Responsabilidade civil geral (morais e falhas profissionais) | 31/10/2015 | 20.000 |
| Transporte nacional (perdas e danos) | 31/12/2015 | 10.000 |
| Transporte internacional (perdas e danos) | 31/12/2015 | 26.562 |
| Vida em grupo (morte por acidentes - 48 x o salário) | 31/07/2015 | Até 1.680 mais APC até 250 |
| Vida em grupo (morte natural - 24 x o salário) | 31/07/2015 | Até 840 |
| Responsabilidade civil diretores e administradores - D&O | | |
| Cascos marítimos (balsas) | 07/05/2015 | 450 |
| Operações aeroportuárias | 09/12/2015 | 132.810 |
| Frota de veículos leves | 09/05/2015 | 12.177 |
| Garantia judicial (CFEM) | 21/05/2015 | IS: 4.558 |
| | 19/12/2017 | IS: 143.171 |

- 1) Valor do risco;
2) Limite máximo de indenização.

25. Fundo de Previdência

O programa de previdência da MRN é composto dos seguintes fundos:

- Fundo Gerador de Benefícios (FGB), destinado a empregados participantes do FGB-PAS, como alternativa para migrar suas reservas;
- Plano Gerador de Benefícios Livre (PGBL), destinado a todos os empregados da MRN e como alternativa para que os participantes do antigo FGB-PAS migrem suas reservas;
- Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), para todos os empregados que desejarem formar um fundo nesta modalidade.

O programa foi constituído sob a forma de contribuição definida e, portanto, não há riscos atuariais e/ou compromissos adicionais que possam ser atribuídos à patrocinadora.

Durante o exercício de 2014, a Sociedade registrou como despesas as contribuições no montante de R\$ 3.146 (R\$ 3.389 em 31 de dezembro de 2013).

26. Operações que não afetaram caixa (Demonstração dos fluxos de caixa)

Durante o exercício de 2014, a Sociedade realizou a seguinte atividade de financiamento não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- Provisão de dividendos mínimos obrigatórios (Nota nº 15.d) no valor de R\$ 30.442 (R\$ 38.868 em 2013);
- Revisão do plano de desmobilização de ativos (Nota nº 13) no valor de R\$ 189.322.

Adicionalmente, a Sociedade adquiriu veículos e equipamentos por meio de arrendamento mercantil financeiro no montante de R\$ 2.827 (R\$ 3.171 em 2013).

27. Eventos Subsequentes**Lei nº 8.091/14**

Em 29 de dezembro de 2014, o estado do Pará publicou a Lei nº 8.091, a qual entre outras disposições instituiu a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos - TFRH. O valor da TFRH corresponderá a 0,2 (dois décimos) da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará - UPP-PA por m³ (metro cúbico) de recurso hídrico utilizado.

Esta Lei entra em vigor a partir de 29 de março de 2015 (90 dias da data de publicação).

A Administração da Sociedade ainda não concluiu a avaliação dos impactos financeiros futuros com a adoção da referida Lei.

28. Aprovação de Emissão das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria Executiva em 21 de janeiro de 2015.

* * *

Conselho de Administração

Hélio Cabral Moreira - Presidente
Ronaldo Del Buono Ramos - Conselheiro
Christian Medeiros da Fonseca Costa - Conselheiro
Sergio Eduardo Santos - Conselheiro
Aquilino Paolucci Neto - Conselheiro
Ricardo de Barros Moraes Sayão - Conselheiro
Raphael Vieira da Costa Neto - Conselheiro
Otávio Augusto Rezende Carvalheira - Conselheiro

Diretoria executiva

Silvano de Souza Andrade - Diretor Presidente
Paulo Molero Ariza - Diretor de Administração e Finanças
Octavio Cezar Cunha da Silva
Contador CRC-PA 013735/O-0
CPF 758.618.442-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos:

Acionistas e administradores da
Mineração Rio do Norte S.A.
Oriximiná - PA

Examinamos as demonstrações contábeis da Mineração Rio do Norte S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Rio do Norte S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de janeiro de 2015.

Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC SP-151.079/O-0 "S" - PA

Ricardo Akira Matsunaga
Contador CRC SP-296.382/O-1 "S" - PA

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" - PA